

---

---

# SESSÕES DO PLENÁRIO

---

---

**28ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de agosto de 2009.**

**PRESIDENTE: DEP. ÂNGELA SOUSA AD HOC**

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Ângela Sousa):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão especial com a finalidade de discutir o projeto da Funai que propõe a demarcação da terra da tribo Tupinambá nos municípios de Ilhéus, Una e Buerarema, proposta por mim, deputada Ângela Sousa.

Para compor a Mesa, convido o Exm<sup>o</sup> Sr. Prefeito da cidade de Ilhéus, Nilton Lima; o Exm<sup>o</sup> Sr. Prefeito da cidade de Una, Dejair Birschner; o Exm<sup>o</sup> Sr. Prefeito da cidade de Uruçuca e presidente da Associação dos Municípios do Sul e do Sudoeste da Bahia, Amurc, Moacyr Leite; o Sr. Vereador da cidade de Ilhéus Alcides Kruschewsky; o Sr. Vereador e Representante da Câmara Municipal de Buerarema, Roque Borges do Nascimento; o Sr. Presidente da Comissão dos Pequenos Produtores de Ilhéus, Luís Henrique Uaquim; a senhora historiadora Angelina Garcez; o Sr. Presidente da Comissão dos Pequenos Produtores de Porto Seguro, Itamaraju e Teixeiras de Freitas, Antônio Lindomar Lembrance.

Como proponente da sessão, farei meu pronunciamento e gostaria de registrar a presença, perdoe-me querido deputado Heraldo Rocha, que está aqui conosco, e gostaria de pedir que ocupe a presidência enquanto faço meu pronunciamento.

O Sr. PRESIDENTE (Heraldo Rocha):- Boa tarde a todos, em primeiro lugar, gostaria, em nome desta Casa, de agradecer a presença de todos e parabenizar a deputada Ângela Sousa como requerente desta sessão especial. Só sinto, e quero registrar, a ausência dos senhores deputados, porque se trata de um grave problema social, e a deputada, ontem, quando assumiu a tribuna, convidou toda a Casa para participar deste evento. Mas é assim mesmo, nós estamos aqui para defender os interesses do Extremo Sul e do Sul da Bahia e os problemas da Bahia.

Eu quero, mais uma vez, cumprimentar a nossa deputada, que representa a região, por este evento e agradecer a presença dos senhores e senhoras aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Heraldo Rocha):- Com a palavra a deputada Ângela Sousa.

**A Sr<sup>a</sup> ÂNGELA SOUSA:-** Sr. Presidente, agradeço a sua fala, quero também expressar aos nossos queridos pequenos produtores, às associações que aqui estão representadas, que hoje está acontecendo a posse, também, de dois novos secretários, então, alguns deputados nos falaram que chegariam um pouco mais tarde, mas estariam presentes. Deputado-presidente, (lê)“quero agradecer imensamente a presença de cada um de vocês, que se deslocaram de suas cidades para se fazerem presentes nesta sessão

especial, que tem por objetivo discutir a proposta da Funai, que prevê a demarcação de terra da tribo Tupinambá nos municípios de Ilhéus, Una, Buerarema, além do município de São José da Vitória.

A Região Cacaueira está mergulhada numa crise de 20 anos. A lavoura cacaueira, que por muitos anos sustentou com suas riquezas o nosso Estado, agora agoniza com os preços baixos do cacau, que em épocas passadas era chamado de “fruto de ouro”, termo brilhantemente citado por Jorge Amado, em suas riquíssimas literaturas.

A vassoura de bruxa dizimou grande parte das plantações, causando grande êxodo de trabalhadores, que migraram das fazendas para as cidades.

No sul da Bahia, várias cidades que viviam quase exclusivamente do cacau, se viram abaladas em suas finanças, e pararam de dar seguridade social aos seus cidadãos.

Buerarema, cidade onde fica a belíssima Serra do Jequitibá, até hoje vive este drama”. Não só Buerarema como vários outros municípios que também viviam do cacau, como monocultura, passando por grandes aflições.

(Lê) “Ilhéus foi o município que mais sentiu os efeitos dessa crise. Na sua zona urbana muitas áreas foram invadidas, gerando bairros sem condições de abrigar os novos moradores. Infelizmente, grandes bolsões de pobreza surgiram.

O povo grapiúna não tem medo das dificuldades”... a gente sabe que é um lutador, que tem coragem, são determinados e não esmorecem em nada (lê)... “muitos agricultores sentiram que não havia de imediato saída para o cacau, procuraram alternativas, diversificando sua produção através do plantio de outras culturas agrícolas.

Como exemplo, destaco o município de uma, que se notabiliza por sua agricultura altamente diversificada, através do dendê, do guaraná, da borracha que escorre em seus seringais, do próprio cacau, piaçava e muitos outros produtos.

O documento elaborado pelos antropólogos Jorge Luiz de Paula, Juliana Gonçalves Melo e Susana Dores de Mata Viegas, considera que aproximadamente 47 mil hectares pertencentes aos municípios de Ilhéus, Una e Buerarema e São José da Vitória, formam o território dos índios Tupinambás.

A demarcação dos 47 mil hectares previstos no relatório da Funai vai agravar ainda mais este quadro de crise. A aceitação desse documento vai expulsar de suas terras, de uma hora pra outra, justamente os pequenos lavradores que fugiram da monocultura do cacau, para plantar e colher outros produtos.

A área delimitada compreende também boa parte da estância hidromineral de Olivença, distrito de Ilhéus, local turístico onde foram construídas diversas pousadas.

A delimitação da área conforme estabelece o relatório, vai gerar um impacto negativo, extremamente prejudicial para a economia do sul da Bahia. Diversas famílias de pequenos produtores e lavradores que trabalham no regime da agricultura familiar podem perder suas propriedades. Essa perspectiva causará o empobrecimento acentuado de grande parte dos moradores da região, que mantém há anos suas famílias de geração em geração, ou seja, de pai para filhos e netos. Essas famílias serão levadas para onde? onde vão reiniciar suas vidas”?

Já de tantos anos ali plantando, colhendo, sustentando suas famílias, renovando as suas forças naquelas terras?

(Lê) “Com o suor dos seus rostos os pequenos produtores fizeram daquelas terras improdutivas, terras produtivas, fazendo com que eles sejam fixados ali, dando o sustento aos seus familiares e também seus funcionários, gerando assim empregos e renda, e logicamente contribuindo com a economia de nossos municípios.

Neste caso, o consenso deve prevalecer, pois qualquer decisão tomada não pode prejudicar as pessoas que habitam este local há anos. não podemos admitir um retrocesso no desenvolvimento econômico do nosso povo sul baiano.

Assim, em busca de uma solução para este impasse, requeremos esta sessão especial nesta Casa Legislativa, que é do povo com seus representantes, para discutir o projeto da Funai. Este é o caminho ideal para promover a harmonia, o consenso entre os pequenos agricultores e os índios tupinambás.

A desorganização do Estado brasileiro, com suas demarcações sem os devidos critérios, não deve patrocinar a injustiça social, a desigualdade e a pobreza.

O Sul da Bahia, que vive suas agruras devido à crise que atormenta o cacau, não pode ser submetido aos efeitos deste relatório frio, parcial, que tem olhos voltados apenas para a história. Não podemos admitir que seja ignorado o presente, caracterizado pela realidade dos pequenos lavradores, que vivem, no dia a dia, o trabalho cansativo, em suas diminutas faixas de terra, de onde tiram o sustento de suas famílias.

Neste momento, conclamo todos para a busca do entendimento e da justiça, como saída fundamental para evitar a injustiça.”

Mais uma vez, agradecemos a presença de todos vocês que aqui estão, dos pequenos produtores, dos sindicatos que aqui estão, das associações que estão conosco, dos representantes legais dos municípios, dos prefeitos, dos vereadores.

Quero dizer que queremos sensibilizar o governo do Estado, na pessoa do Dr Jaques Wagner, o governador, que sabe da grande responsabilidade que tem. O povo da região Sul não pode ser punido, e o governador precisa ver, entre as autoridades legais, Ministério de Justiça, que não pode ser aprovada uma situação como esta.

Queremos agradecer a todos e dizer que contem conosco, como deputada daquela região e da defesa do povo, seja ele quem for. Estamos à disposição e levantamos com vocês a bandeira para que haja justiça. Não queremos imparcialidade, mas, na realidade, que ocorra a justiça, que os nossos pequenos produtores sejam abençoados e fortalecidos nas suas terras e que os indígenas encontrem os locais para que possam trabalhar, terras muitas vezes improdutivas, porque pegar terras produtivas, isso não existe! Que sejam postos nas improdutivas para que possam também ser fortalecidos com políticas públicas que respondam às suas necessidades.

Deus abençoe a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Heraldo Rocha):- Antes de passar a presidência dos trabalhos à requerente desta sessão, registro a presença do deputado Yulo Oiticica e peço à deputada Ângela Sousa que me permita falar com vocês.

A Srª PRESIDENTA (Ângela Sousa):- Falará conosco o deputado Heraldo Rocha. E está registrada a presença do nosso deputado Yulo.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Srª Presidente deputada Ângela Sousa, que tão

bem tem representado a região Sul, o extremo Sul da Bahia nesta Casa, é, para nós, uma honra muito grande recebê-los neste momento tão importante por que passa a nossa região. Posso dizer que sou um pequeno burareiro da região do cacau e que tenho cinco mandatos representando aquela região aos componentes da Mesa.

Saudando as autoridades presentes à sessão, o presidente da Câmara de Buerarema, minha querida terra do Macuco, da Serra do Jequitibá, Roque Borges, minha senhoras, meus senhores, mais ou menos há uns quatro meses, fui procurado como Líder da Oposição por um produtor rural da região afetada por esse conflito. Coloquei para ele toda a minha Bancada à sua disposição. Este é um problema muito sério, este é um conflito muito sério. Aqui não quero dizer que a culpa é da Funai, que a culpa é do Incra, de ninguém. A culpa é de todos nós. E aqui não estou discutindo isto como deputado da Oposição, como Líder da Oposição na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, mas como cidadão.

Vimos há muito pouco tempo uma grave situação no Norte do País. Acredito, deputada Ângela, que V.Ex<sup>a</sup> foi muito feliz em trazer para esta Casa um problema que não é nosso, mas também é nosso. O deputado estadual assim como os vereadores, como os prefeitos da região têm que ser copartícipes na discussão desta grave problemática social. Não podemos ficar alheios, assim como a Maçonaria, o Rotary, o Sindicato, enfim todos os segmentos sociais da região. Já basta o que aquela região sofreu e sofre com a desgraça da vassoura-de-bruxa. Precisamos ter serenidade, precisamos ter diálogo. A deputada Ângela sofre mais do que eu, porque ela representa o governo, e eu, a Oposição. Aqui, neste momento, deputada Ângela, assim como trabalhamos pelo Aeroporto de Ilhéus, como estamos preocupados com o Porto Sul, temos que sentar à mesa e dizer ao governo do Estado que ele tem que tomar uma posição. Ele não pode ficar omissa a esta situação gravíssima que atinge a região.

Não fui eleitor deste governador, mas hoje sei que ele é o governador de todos nós, constitucionalmente falando, e ele não pode ficar omissa, como não pode ficar omissa a Bancada da base aliada do governo. “Ah! Mas hoje estão!”, disse a deputada Ângela. Ela é muito educada, é uma mulher de fino trato. Hoje estão tomando posse novos secretários, é verdade. Será que a posse dos novos secretários é mais importante do que esta reunião? Acredito que não. Acredito que este é um grave problema. Estava, inclusive, com viagem marcada quando Roque me ligou da estrada, quando Juninho me ligou. Cancelei minha viagem, vou de carro. Irei para Itajuípe amanhã, mas vou sair daqui agora de carro.

Quero, mais uma vez, Ângela, permita-me, parabenizá-la. Parabenizo também os prefeitos e as lideranças que aqui vieram e que não podem ficar omissos em relação aos problemas da região, e não o estão. Se o estivessem, não estariam aqui. O governo Jaques Wagner tem que tomar uma posição, tem que definir qual é o papel do governo do Estado nessa situação, que hoje é muito mais fácil porque ele é parceiro do governo federal. Então, não pode nesse instante partidizar esse problema.

Faço um apelo a Funai: tenha serenidade. Não ideologizem essa posição porque quando se encontra um conflito como esse, que é um grave conflito em que vamos ter uma grave situação de desemprego, não podemos saber se eu sou do partido A, você é do partido B ou C. O partido é a nossa região, a nossa região não pode sofrer mais com o desemprego, com a monocultura destruída, com o analfabetismo, com a prostituição,

com tantos outros problemas.

Portanto, concluo dizendo, em nome da minha Bancada, da Bancada de Oposição, que é pequena, quero dizer a V.Ex<sup>a</sup>, deputada Ângela Sousa, que estamos a sua disposição para quaisquer projetos enviados pelo governo a esta Casa, mesmo estando em obstrução. Não votamos nenhum projeto do governo do Estado a partir de ontem. Mas esse eu estou assumindo aqui, como Líder da Oposição, em nome da minha Bancada, e em compromisso com a deputada Ângela Sousa de que nós abriremos mão de qualquer problema regimental para votar, em regime de urgência, uma solução para essa grave problemática.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr<sup>a</sup> Presidente (Ângela Sousa):- Obrigada pelo seu pronunciamento, nobre deputado, o senhor sempre defendendo os interesses do povo baiano.

Gostaria de fazer referência aqui à pessoa de Paulo César Soares Pinheiro, Capitão de Fragata, representando o Chefe de Estado Maior do Comando do 2º Distrito Naval da Marinha do Brasil, Paulo Ricardo Garcia; também Dr. Marcelo Magnavita, da Coordenação da Sucab, que está aqui conosco; Domingos Leonelli, como representante do Secretário de Turismo, Reinaldo Moreira Dantas, assessor técnico; Carlos Gomes, da Casa Militar, também está aqui presente.

Gostaria também de falar do Sindicato Patyonalde, de Itamaraju; Associação Zé Soares, Município de Una; Associação Dois Humildes, de Buerarema; Comissão dos Pequenos Produtores e Agricultores de Ilhéus; Coordenador da Crasba; Comissão dos Fazendeiros de Ilhéus; Sindicato Rural Patronal do Prado; Associação Apepures; Pequenos Produtores Rurais de Ilhéus, Una e Buerarema; Comissão de Agricultores contra a demarcação de terras; Assentamento Ipiranga; CDA, que são os coordenadores do Desenvolvimento Agrário; Jornal Tribuna, Costa do Cacau; Comissão de Pequenos Fazendeiros de Sapucaieira; Coordenadora da Secretaria de Educação de Ilhéus.

Para fazer o seu pronunciamento, queremos convidar o prefeito de Ilhéus que muito nos honra estar aqui, é o prefeito da minha cidade, Nilton Lima.

**O Sr. NEWTON LIMA SILVA:-** Boa-tarde a todos. Quero cumprimentar a presidente da Mesa, deputada Ângela Sousa, deputado Heraldo, deputados presentes, colegas prefeitos aqui presentes, presidente da Associação de Pequenos Produtores, Luiz; vereador Alcides Kruschewsky, senhoras e senhores, pequenos produtores de Ilhéus, Una, Buerarema.

Já tivemos, em outras ocasiões, o nosso pronunciamento pelo mesmo motivo, qual seja, o tema da demarcação de terras indígenas. Esta demarcação inviabiliza, tira o sono e nos permite até fazer um pensamento futuro de uma incerteza, porque diante daquilo, Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Prefeitos presentes, vereador Alcides, foi preconizado em Brasília pelo presidente da Funai, nós não temos dúvida de que a sua convicção é aquilo que está escrito. E aquilo que está escrito não é aquilo que preconiza os direitos dos senhores, os direitos dos municípios de Ilhéus, Una e Buerarema.

Aqui, Sr<sup>a</sup> Presidente, como gestor do município de Ilhéus, jamais e em momento algum, mesmo porque nós participamos como litisconsorte necessário da ação judicial que estamos impetrando também na Justiça, não poderíamos, de forma alguma, dizer

que vamos defender centímetro por centímetro e centavo por centavo dos interesses de Ilhéus. (Palmas) Sabemos que aquilo que os senhores produziram e tudo aquilo que os senhores produzem, tudo aquilo que pertencem aos senhores foi fruto do suor. Este suor não é de ontem ou anteontem não. Isso são remanescências de mais de 50 ou 100 anos.

Portanto, não é justo agora que apareça e se chegar às mãos do presidente para assinar e em ele assinando, com certeza, Sr<sup>a</sup> Presidente, me permita dizer que ele fará a assinatura de um documento que classificará uma fraude. (Palmas) Não é justo que um relatório daquela aquiescência e sem fundamento, principalmente no que concerne à etnia, dê direito ao que preconiza o relatório. Assim, senhoras e senhores, ontem com o município de Ilhéus, ontem como gestor de Ilhéus e principalmente em defesa do município de Ilhéus e de sua territorialidade, lutaremos até o fim.

Tenho dito e direi sempre isso: podem contar com Ilhéus e comigo. (Muitas palmas)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Ângela Sousa):- É muito importante que a gente veja o compromisso de todos os nossos prefeitos e vereadores. Agradeço, mais uma vez, ao deputado Heraldo por estar aqui para poder fortalecer a quem de direito estarmos junto buscando a solução de tudo isso.

Quero dar a palavra ao prefeito Dejair Birschner de nosso município vizinho de Una, município também em desenvolvimento que não pode ser penalizado. (Palmas)

**O Sr. DEJAIR BIRSCHNER:-** Querida amiga e deputada Ângela Sousa, prefeito de Ilhéus Newton Lima, presidente da Associação de Pequenos Produtores de Ilhéus, Luis Henrique; deputado Heraldo Rocha e outros, vereadores, prefeito de Uruçuca, Moacir Leite; queridos amigos e queridas amigas de Una e de Ilhéus, bem disse Newton aqui, porque não é a primeira vez que nós estamos debatendo este fato.

Eu também sou filho de pequeno agricultor. Não tive o privilégio de nascer na Bahia, mas conheço bem a luta do homem do campo, que sempre ficou em segundo plano em toda história do nosso País, seja ele cacauicultor, cafeicultor ou de qualquer outra cultura. Quero dizer também da minha preocupação com o meu município, Una, deputada Ângela, deputado Heraldo, meu caro amigo prefeito de Ilhéus; Moacir, de Uruçuca, e meus caros amigos de Una, também.

Una tinha 8 mil hectares de reserva biológica, e o Ibama entrou na região e tirou os pequenos e médios produtores da região da Reserva, pagando uma micharia, uma merreca pelas benfeitorias e pelas terras. Hoje, a Reserva Biológica de Una já possui 18 mil hectares. E esse povo está lá batendo na porta da prefeitura, mendigando emprego e uma cesta básica. A verdade é essa.

Quero dizer, gente, que também acho que neste País os índios foram injustiçados a vida todo, assim como os agricultores. Mas estou preocupado com uma coisa que vai muito além. Até acho, deputada Ângela, que eles estão sendo usados por ONGs internacionais (palmas), que estão por trás, como WWF, IESB e tantas outras que estão instaladas no Brasil.

Querem criar dentro do nosso País um outro estado. Desde os anos de 1960 estão

lutando para isso. Na Constituinte de 1988 lutaram para construir um estado dentro do Brasil, mas essa ideia não foi aceita. Na minha opinião, as vítimas são os índios, que serão explorados, se isso vier a acontecer. Mas não acredito. Quero dizer ao presidente da Funai, como disse em Brasília, que é muito simples para ele, que tem o poder nas mãos, assinar no *Diário Oficial* e ser até mal entendido pelos índios.

No meu município, um tal índio chamado Babau entrou na região derrubando árvores imensas, como jaqueiras; mais de 5 quilômetros de árvores foram jogadas pelas estradas afora, botando fogo em fazendas, matando gado. Uma pessoa foi assassinada.

Não sou contra os índios, não, sou contra essas atitudes praticadas por alguns. Quero dizer que penalizados são os índios, mas penalizados também são os homens do campo.

Lembro-me de que desde criança eu ouvia dizer que o homem do campo é o esteio desta Nação. (Palmas) Quero dizer ao nosso governador Wagner que esta é a hora de se ter um lado, e espero que ele esteja ao lado daquele que é o esteio do País e da Bahia, o homem do campo.

Para encerrar as minhas palavras, quero dizer que temos pessoas aqui capacitadas, temos agricultores compromissados, que nasceram e foram criados na roça, nas suas terras. Pessoas que têm a sua casinha e pensam ficar ali na sua velhice...

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Ângela Sousa):- Prefeito Dejair, um segundo, por favor. Quero convidar à Mesa o secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Nelson Pelegrino, representando o Sr. Governador Jaques Wagner. (Palmas)

**O Sr. DEJAIR BIRSCHNER:-** Quero dizer aos senhores, às senhoras e à população, que o prefeito Dejair está ao lado de vocês, como está Newton Lima, como está o prefeito de Buerarema e como também estará o governador Wagner nessa luta, que não é minha, não é sua, é nossa!

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Ângela Sousa):- Gostaria de registrar a presença do Sr. Cosme Filho, Conselho Rural de Ilhéus, do assentamento Nova Vitória.

Irá se pronunciar o nosso querido prefeito. Digo que temos o prefeito da região Sul e agora do lado norte de Ilhéus, nosso Moacy Leite, também representante da Amurc, aqui para falar.

**O Sr. MOACY LEITE:-** Boa-tarde a todos e todas. Cumprimento o Sr. Antônio Lindomar, representando os pequenos produtores de Porto Seguro, Itamaraju e região; Luiz Henrique, representando pequenos produtores de Ilhéus; o prefeito Nilton Lima, do município de Ilhéus; o secretário da Justiça e Direitos Humanos; deputado Nelson Pelegrino; a presidente desta sessão e deputada estadual Ângela Sousa; o prefeito de Una, Dejair Birschner; o vereador de Buerarema Roque; o vereador de Ilhéus Alcides; a historiadora Sr<sup>a</sup> Angelina e o deputado estadual Heraldo Rocha. Minhas senhoras, meus senhores, queria cumprimentar o Plenário e também o meu amigo Reinaldo Dantas, aqui presente. Inicialmente queria parabenizá-la, deputada, pela iniciativa desta sessão especial para tratar um assunto de tamanha importância.

Já estivemos em Brasília por duas oportunidades. Primeiro numa audiência no Ministério da Justiça. Aproveito para agradecer ao secretário Nelson Pelegrino por ter

agendado aquela reunião. Estivemos eu e os prefeitos Dejair e Nilton numa sessão especial, uma audiência pública na capital federal.

Nós, que vivemos muito tempo no campo acompanhando a luta do produtor rural, sabemos a importância da terra para quem vive dela. Temos conhecimento de que produtores e famílias estão há mais de 80 anos em suas propriedades. Vem essa notícia absurda, esse relatório absurdo - por que não dizer irresponsável? - da Funai. Ele vem trazer a insegurança e o conflito para a região de Ilhéus. Não podemos aceitar este relatório. Sabemos que a contestação já foi protocolada a este relatório irresponsável da Funai. Na audiência que tivemos em Brasília, coloquei para a Funai, e quero neste momento pedir ao secretário da Justiça, nós precisamos, vocês pequenos produtores, que seja respeitado o direito de propriedade até o último instante. (Palmas!)

Queremos o compromisso do governo do Estado em garantir até o último instante junto ao governo federal, se preciso for, à Polícia Federal, porque sei que essa demanda vai até o Supremo Tribunal Federal. Precisamos ter a garantia do direito de propriedade até o último instante desse processo. Não podemos aceitar repetir na região cacauzeira o exemplo de Pau Brasil. Quantas vidas se foram em Pau Brasil por um conflito de terra e não podemos permitir que esse conflito venha para a região de Ilhéus, Una, Buerarema e São José da Vitória. (Palmas)

Nós queremos paz. Todos estão com o mesmo objetivo, com equilíbrio; queremos paz na região, que já vem atravessando uma crise há muitos anos e não pode suportar mais uma situação dessa.

Queremos, repito, ao encerrar minhas palavras, a garantia do direito de propriedade. Eu disse ao Presidente da Funai, em Brasília, que a Funai conduziu mal esse processo. No momento em que publicou no Diário Oficial o relatório, transpareceu para todos os índios da região. Não vou questionar, pois sabemos que existem índios, mas está sendo discutido se são Tupinambás ou Tupiniquins. No momento em que foi publicado no Diário Oficial, os índios entenderam que, a partir daquele momento, eram donos das terras e isso não é verdade.

A publicação no *Diário Oficial* foi apenas para tornar público o relatório e abrir prazo para a contestação que já foi protocolada ao relatório da Funai.

Eu disse isso ao Presidente da Funai: antes de publicar um documento desse no *Diário Oficial*, é preciso tornar bastante claro aos índios, à comunidade regional do que se trata esse documento, porque nesse caso, e em todos os outros, é apenas para tornar público um documento e abrir prazo para a contestação.

Aquela publicação no *Diário Oficial* não dá direito nenhum aos índios, repito, é apenas para abrir prazo.

Portanto, ao encerrar minhas palavras, repito mais uma vez, secretário, presidente, vamos exigir dos governos estadual e federal segurança para a região e garantia do direito de posse até o final do processo.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Ângela Sousa):- Muito bem, Sr. Prefeito.

Quero registrar aqui a presença de Erperiades da Silva Magalhães, representando o Prefeito de Buerarema; ele é secretário de Agricultura e Meio Ambiente. Também a

Bacharel Cristiane Santos Oliveira, delegada de Polícia, assessora da Depin e representando o delegado geral da Polícia Civil da Bahia, Joselito Bispo.

Vamos ao orador que segue, Alcides Kruschewsky, vereador de Ilhéus, também para se pronunciar nesta sessão. (Palmas).

**O Sr. ALCIDES KRUSCHEWSKY:-** Boa-tarde a todos. Saúdo a nossa presidente da Mesa, nossa querida deputada Ângela Sousa; deputados presentes; deputado Heraldo Rocha que costuma passear no nosso Centro Histórico com sua bermuda, tomar um cafezinho expresso no cafezinho do teatro, enquanto continua apreciando a Ilhéus de sempre; prefeitos presentes, amigo Newton Lima; presidente da Amurc, Moacyr; prefeito de Una, Dejair; companheiro vereador Roque Borges, presidente da Câmara de Buerarema; Lindomar, representando também a comunidade de Eunápolis; Luís Henrique; exmo. secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia, Nelson Pelegrino.

Eu vou usar o recurso do data-show; quero dizer que eu tenho em minhas mãos, então vou acompanhando, na medida do possível, aquilo que eu vou expor porque nós não estamos falando em vão.

Eu trago documentos, secretário, e gostaria que o senhor apreciasse porque todos nós sabemos que está aqui representando Jaques Wagner, e nós gostaríamos muito de ter uma oportunidade para conversar com o governador e, através de V.Ex<sup>a</sup>, nós temos certeza de que vamos conseguir esse encontro.

Fizemos um esforço muito grande para chegar aqui, não no meu caso, de modo especial, porque vim no meu carro com ar-condicionado, mas para os pequenos produtores aqui presentes isso representa um esforço, eles tiveram que deixar suas lavouras, tiveram que deixar a labuta que lhes dá o sustento. Aqui estão pessoas de Una, Ilhéus e Buerarema.

E assim tem sido todas as semanas, desde que tivemos conhecimento da publicação do relatório da Funai no *Diário Oficial da União*, é assim que temos nos reunido, o senhor veja que se deslocaram para nossa capital aproximadamente 300 pessoas representando aquela região.

Neste momento, este é o tema em discussão de toda a região, que tem contagiado a sociedade regional, deixando-a profundamente preocupada com os desdobramentos e os impactos que podem advir dessa medida. Gostaria de enfatizar, sobretudo, a angústia de cada pessoa, não só dos aqui presentes, mas de cada pessoa que se encontra na área que a Funai pretende demarcar, a angústia de cada família, a desolação, o sonho indo por água abaixo.

Sou vereador pelo segundo mandato, morador de Olivença, que está fora da área demarcada, conheço profundamente esse movimento, desde a sua vertente político-partidária até... Não posso deixar de reconhecer o envolvimento dos descendentes de índios que vivem naquela região, assim como em muitas outras regiões do País, inclusive em Salvador.

São muitos descendentes de índios misturados à civilização, completamente aculturados, que não pertencem a nenhuma aldeia, que não têm nenhuma tradição ou cultura, e que nem sequer falam a língua, enfim, pessoas comuns, como cada um de nós, tais como funcionários públicos, trabalhadores rurais, concursados e pessoas que trabalham na educação. Esses são os descendentes indígenas daquela região.

Quanto à questão do consenso, quero dizer que não fomos nós, que estamos nos defendendo, que dissemos que não estávamos prontos ou dispostos a sentar numa mesa e negociar, foi a intransigência da Funai. Ela não abre mão das condições e daquilo que expõe no relatório publicado, e em que pese todos os apelos feitos por diversas lideranças, inclusive na Câmara Federal, na Comissão de Agricultura, inclusive da deputada federal Alice Portugal, a posição da Funai foi imutável.

Diante disso, queremos dizer que estamos preocupados, porque não sabemos ao certo para que foi que nos juntamos e preparamos uma contestação. Pagamos caro ao advogado, tivemos que nos mobilizar em apenas 90 dias para contestar um trabalho que leva anos de produção, e soubemos que no âmbito da Funai não vão nem analisar o mérito, e no Ministério da Justiça analisarão apenas se o rito foi cumprido, secretário Nelson Pelegrino.

A reparação dos prejuízos não será possível se o presidente da República e o ministro da Justiça tomarem uma decisão equivocada. Já temos exemplos nas invasões, no momento em que se apropriam do alheio eles destroem o que encontram, as criações e as sedes de fazenda, e em alguns casos incendeiam as plantações. É assim que tem acontecido na nossa região.

E portanto, consumado o prejuízo irreparável, como é que vai ficar aquela pessoa prejudicada? Por isso estamos tentando ser ouvidos no âmbito administrativo, caso contrário teremos que informar a toda população regional o que se consumou.

Estudamos profundamente o relatório apresentado pela Funai e já é do conhecimento de todos que a própria identificação da etnia que vive na região não é equivocada, e sim marotamente colocada no relatório, e vou explicar, hoje, professora Angelina, o porquê.

A Capitania do São Jorge dos Ilhéus tinha 50 léguas de litoral e ia até a atual região de Brasília. Da Baía de Camamu até a Baía de Todos os Santos, chegando até a fronteira com Sergipe, era o território habitado pelos Tupinambás. Da região de Camamu, do braço de mar de Camamu para o Sul, até o Rio Jequitinhonha, em Belmonte, a divisa da capitania dos Ilhéus, era território dos Tupiniquins e, vejam bem, inimigos ancestrais dos Tupinambás.

Quando os portugueses tentaram implantar a sede da capitania na Ilha de Tinharé, enfrentaram a dificuldade da hostilidade dos Tupinambás. Por isso é que eles buscam o território de Ilhéus, porque os índios Tupiniquins tinham uma relação mais afável, mais possível com os portugueses, então, inicialmente, eles enfrentariam menor dificuldade para implantar ali o início da colonização da capitania.

Isso é fartamente registrado em todos os documentos históricos, a professora Angelina está aqui e, naturalmente, ela vai ter a oportunidade de falar, e pode ficar tranquila em me desmentir, se eu estiver passando uma informação equivocada.

(Exibição de eslaides.)

Esta é a divisão em capitanias, de 1536 a 1574.

No próximo quadro, está uma planta baixa de Olivença, secretário, e queria que dedicássemos um pouco de atenção a isso. As primeiras notícias de Olivença são de mais ou menos 1640 a 1650. Ali começa o aldeamento jesuíta, sempre na forma do desenho do lado esquerdo, da forma de um quadrante. Todo aldeamento jesuítico tinha uma forma semelhante, vocês vão ver no alto a igreja e casas de um lado e do outro.

Olivença está ali ao lado, com as ruas que a compõem hoje e ali não está registrado toda a área de Olivença, é uma planta baixa.

A parte escura, toda ela é a área que está dentro da área que a Funai pretende demarcar. Os dois quadros mais escuros, abaixo, próximos da direita, representam a igreja de Nossa Senhora da Escada e a praça principal de Olivença, hoje, Praça Cláudio Magalhães, mas era o largo do aldeamento jesuíta. Então, vocês vejam que, de um lado da praça, a parte escura está dentro da área demarcada, incluindo a própria praça. O outro lado da praça a demarcação não afeta, o que não entendemos, porque ambos os lados faziam parte do aldeamento jesuíta.

Além de chamar a atenção para o fato de que ninguém sabe na prática, secretário, isso é muito grave, isso é zona urbana, aí para trás, nessa parte escura, já existem o Centro Cultural de Olivença, igrejas evangélicas, igreja católica, escolas, o balneário Tororomba, por volta de 50 anos de construído, é a atração turística de Ilhéus, está ali naquela área escura, e muitas casas, onde não moram só os nativos, mas outras pessoas que também vêm para Olivença passar suas férias. Enfim, ali para trás, existem várias ruas e várias propriedades fazendo parte.

O que eu quero dizer é que, de um lado da rua, às vezes, vamos estar em área não demarcada e, atravessando a rua, já estaremos em território indígena. Como é que na prática isso vai funcionar sem a construção de um muro, não consigo entender. A igreja católica, que deveria ser, no meu entender, um território de todos, como vamos ter acesso a ela sem a permissão da Funai? Por que o acesso à terras indígenas, todos sabem, só pode ser efetuado a partir de autorização. Da mesma forma, a praça principal de Olivença.

Aí para trás, existem adutora de água tratada da Embasa, estabelecimentos comerciais, só nessa parte central de Olivença, já ficaram para trás 3 ou 4 pousadas e hotéis, uma delas com 36 apartamentos, a outra com 25, ao todo, dentro da área demarcada, envolve mais ou menos por volta de dez empreendimentos turísticos (hotéis), além do Balneário Tororomba.

Queria dizer também que, fora da área demarcada, bem do outro lado da praça, há os bens da família de um dos líderes do movimento indígena, Sr. Cláudio Magalhães, cujo avô deu o nome à praça. São aquelas casas lá em cima. E, na praia de Ubatuba, aquela parte amarela lá embaixo, junto de um grande empreendimento turístico de hotéis, existem pelo menos cinco casas que pertencem à família da hoje cacique Valdelice do Amaral de Jesus, as quais ficam na praia de Ubatuba. Todas essas propriedades ficam fora da área demarcada, algumas do outro lado da rua.

Essa pesquisa é só para mostrar que, no encontro do Rio Grande do Norte, como em toda a literatura que encontramos, não há nenhum relato sobre a presença de tupinambá vivendo na região Sul da Bahia, especialmente em Ilhéus e Olivença.

Se for dito que na capitania de São Jorge dos Ilhéus, na capitania dos Ilhéus, viviam tupinambás, é verdade. Agora, se for dito que no Sul da Bahia, em Olivença, viviam tupinambás, direi que não há literatura confirmando essa presença, a existência dessa etnia vivendo nessa região.

Se isso não é importante, se é um assunto menor para que se demarque ou não terra indígena, tudo bem! A gente pergunta só isso: por que a falsa informação contida no relatório? Aí é que vem a nossa tese: alegamos, e é verdade, que Olivença é

aldeamento extinto desde 1758. Foi confirmada, depois, a extinção desse aldeamento com as terras devolutas à União, que as transferiu aos estados. Ou seja, as terras que não estavam ocupadas por indígenas ou que eles estavam misturados à civilização foram devolvidas à União, que, com a extinção dos aldeamentos, as transferiu para o Estado da Bahia, que as regularizou a partir da primeira lei de terras da Bahia.

Portanto, deputado Heraldo Rocha, faço essa correção à sua explanação. V.Ex<sup>a</sup> disse que esta Casa não tem nada a ver com o problema, e ao mesmo tempo tem. Entendi o que V.Ex<sup>a</sup> quis dizer, mas, mais do que esta Casa, ninguém tem a ver com isso. Esta Casa tem tudo a ver com isso, com essa história, sim, porque foi ela que provavelmente aprovou essa Lei de Terras da Bahia, e foi o Estado da Bahia que deu esses títulos de posse de terra.

Essa história de usurpação, de invasão, de expulsão de indígenas, como podem ter sido expulsos se vivem lá? Como podem ter sido expulsos, esbulhados se são meus vizinhos? Ou foram expulsos, não estão presentes e querem voltar ou não foram expulsos e estão querendo fantasiar uma vitimização da população que ali reside!

Ali, a área de 47.376 hectares, que atinge o movimento de Ilhéus, Una e Buerarema. O relatório publicado pela Funai, com as assinaturas que vocês todos já conhecem - Jorge Luíz de Paula, antropólogo e a antropóloga portuguesa Suzana Viegas. Enfim, a demarcação dessas terras é a pretensão da Funai, que diz que existe uma etnia, que seria a inédia etnia Tupinambá de Olivença, para a qual pretende a demarcação dessas terras. Secretário, no nosso entendimento, a política que cabe àquela região não é a de demarcação de terra indígena! Pode ser a política de criação de uma reserva. Tem que ser desapropriado, distensionado! Como distensionar isso? Adotando a política de desapropriação, e não expulsando o pequeno produtor, o agricultor familiar. Olhe os rostos dessas pessoas. É esse quadro, mesmo! Aqui não existe nada inventando, não!

Essa medida do governo federal vai atingir essas famílias de pequenos produtores, especialmente do Bolsão Maruim! Então, uma política social em detrimento da outra, nunca ouvi falar! Isso é conflitante. Os interesses das políticas sociais do governo não podem conflitar-se. Estão aplicando a política errada na nossa região.

Quero dizer que esse movimento é suprapartidário. Todos os deputados que conhecem a realidade daquela região não se posicionam a favor dessa demarcação! Está aqui a deputada Ângela Sousa e também os deputados federais Raimundo Veloso e Geraldo Simões. Este último disse claramente, em Brasília, que o partido defende uma política favorável de reparação às minorias para que se acelere o processo de inclusão. Entretanto, conhecendo aquela realidade, ele sabe que estamos colocando de lado todo o investimento feito para assentar pequenos proprietários na região, em prol de uma política que, severamente, não temos a segurança de estamos fazendo a coisa correta. Sobretudo porque entendemos que, se são descendentes de índios, como índios não vivem. Cultura não têm, aldeia não existe.

Portanto, se querem aplicar uma política para fazer uma compensação, essa política é imprópria. Hoje, aquela área está afetando, se fosse só em Ilhéus, quase ¼ dos quase 40 mil hectares do território ilheense.

Depois dizem que não habitam lá os 20 mil habitantes que estamos o tempo todo

alegando. Ora, se não existem nessa região esses habitantes, devem falar com o IBGE, porque os dados são dele, de 2.000. Quererem que não declaremos qual é a população porque é mais interessante admitirmos que existe uma população menor, para dizerem: “O estrago vai ser menor do que vocês estão falando”. Se forem 7, 10 ou 20 mil, olha que é muita gente do mesmo jeito. O que todos sabemos é que esse número de índios que está sendo declarado não existe.

Os quadros que estou apresentando fazem parte do relatório prévio e atual da Funai, no qual o próprio órgão questiona se é ou não tupinambá aquela população de Olivença, ou parte dela. A própria Funai questiona.

Primeiro eles pedem o reconhecimento como pataxós. A Funai nega, manda investigar. Todos os registros são fartos ao dizerem que são tupiniquins, com presença de alguns casos de tabajaras, camacãs, aimorés ou botocudos, mas de tupinambás não existem registros.

O antropólogo Jorge Luiz de Paula pede de forma dissimulada a contratação da portuguesa, que já vinha fazendo a tese de doutorado, para identificar aqui uma população tupinambá. Ela veio ao Brasil para isso. Então tinha de encontrar naquela região um tupinambá, de alguma forma.

O relatório da Funai diz que existem 3 mil índios. No painel exposto na Funasa, em 98, eles falam de 1.200 pataxós-hãhãhães em Olivença. Uma carta que a Funai recebe, fala em 800. No estudo da antropóloga Susana Viegas, coordenadora do grupo de trabalho da Funai, fala em 350 índios.

Ali temos o painel que encontramos na Funasa, de 98, que informa: “Pataxó-hãhãhãe/Olivença - 1.200 índios”. Enfim, não há consistência alguma porque não foi feito nenhum levantamento socioestatístico na área. Não se sabe quantas propriedades ao certo existem, quantas pessoas vivem e produzem naquele região. Não se sabe nada ao certo. É tudo na base do chute. Fizeram um cadastramento, feito no meio da rua, e se baseiam nele para dizer que existem 3 mil índios.

Agora olhem como foi que esse cadastramento se alastrou: através da oferta de vantagens pecuniárias – temos denúncias fartas, todo mundo sabe disso lá –, com cobrança de comissão. “Você vai se aposentar, mas o primeiro salário é nosso”. Vai receber auxílio-natalidade, há uma comissão; vai tomar empréstimo no banco... Sobre esse assunto falarei daqui a pouco. Enfim, tudo era feito dessa forma.

Na carta que o funcionário Funai, como chefe do Serviço de Assistência ao Índio, faz à Funai, ele pede reconhecimento de etnia como pataxó. É negado. Mas na própria carta, embaixo, do lado direito, ele pede cesta básica para um grupo de índios que ele encontra e que ainda nem foi reconhecido. E pede cesta básica.

Tudo bem. Não quero dizer que está errada a entrega de cesta básica para qualquer pessoa que precise, mas não com o envolvimento do Banco do Nordeste usando verbas do PRONAF para emprestar mil, receber apenas setecentos e cinquenta, a qualquer um que se cadastrasse como indígena; são mais de 300 só com o endereço do Centro Cultural de Olivença, onde está estabelecida a sede da associação deles. São mais de 300.

Isso gerou o alastramento, porque todo mundo queria se cadastrar como índio para tomar esse empréstimo no Banco do Nordeste, e resultou numa altíssima inadimplência do programa, que hoje está suspenso, prejudicando todos vocês que

vieram em busca de ajuda, de ouvida. Vocês não estão tendo acesso ao crédito destinado à agricultura familiar por causa dessa inadimplência, porque quem não era produtor, nem artesão tomou empréstimo, e a grade maioria não pagou. Isso prejudicou o segmento.

Também aconteceu um caso inédito. O descadastramento, ao contrário do que querem dizer, de que foi algo motivado por nós que estamos nesse movimento contrário à demarcação, ou por vocês que são produtores proprietários na área; não, foi um esclarecimento que levou as pessoas a dizerem: “Tem muitos aqui presentes. Eu não quero fazer parte disso”.

Primeiro, por não serem tupinambás; eles passaram logo a reconhecer. Esses tupinambás foram algozes dos nossos antepassados, são os nossos inimigos ancestrais, como é que vou assumir a identidade étnica dos inimigos dos meus antepassados? E depois, porque viram que iriam prejudicar muita gente, e que foram oferecidas vantagens, sim, para se cadastrarem como indígenas.

Hoje são quase 300 descadastrados com todas as dificuldades que Funai e Funasa vêm criando para descadastrar as pessoas que não querem mais seus nomes nessa relação que consideram fraudulenta.

Mais uma vez as dificuldades que encontramos no processo: Funai e Funasa dificultando a entrega da relação de cadastrados. Embora o relatório da Funai alegue que existem 3 mil índios, recebemos esse cadastramento e, presidenta Ângela, o cadastramento de índios na região já chega a 7 mil, contrariando o próprio relatório da Funai. Onde isso vai parar? Sabemos que tem gente de todos os lugares que nem moram em Ilhéus ou moram em zona urbana, muita gente cadastrada como indígena que vivesse na região.

Na pesquisa encontramos o Sr. Antonino Melgaço que é citado em todo relatório da Funai como índio que pediu concordata em 1925. Ali o documento que encontramos no nosso arquivo público em Ilhéus com o pedido dele. Em 1925, Antonino Melgaço pede concordata, índio. Estão ali os trechos do relatório da Funai.

O relatório da Funai faz o tempo todo a relação dos descendentes de índios com a terra. Quando conta a história da Batalha dos Nadadores, que aconteceu de fato, adúltera e estupra a história, pois a conta com outra etnia. A batalha se deu com os tupiniquins, mas eles contam como se fossem tupinambás. E na medida do possível vão esquecendo e vão evitando a nomenclatura tupiniquim, para fortalecer a tese tupinambá.

Então, a Batalha dos Nadadores em 1560. A Igreja Nossa Senhora da Escada, início por volta de 1680.

Por que a terra é importante? Por que a demarcação em zona urbana? Por que demarcar essa área em Olivença? Porque é o lugar importante para o modo de ser, viver e estar no mundo dos índios, para a manutenção das suas culturas, de suas tradições, por causa do vínculo emotivo com os seus antepassados através dessas edificações como a Igreja Nossa Senhora da Escada; o cemitério indígena histórico que eles alegam. Então, o tempo todo, o relatório faz a vinculação da importância da terra para os índios que hoje pleiteiam essa demarcação.

Essa senhora, Susana de Matos Viegas, é a coordenadora do grupo de trabalho da Funai. Essa obra que estamos mostrando aí é um livro que se chama Terra C alada,

ali está o número de páginas, a editora, foi publicado em 2007. Toda essa história do movimento indígena de Olivença começa por volta de 97 quando um funcionário do serviço de assistência ao índio faz a primeira carta à Funai pedindo aquele reconhecimento, do qual falei, dos índios como pataxós.

Essa senhora já acompanha esse funcionário à região de Sapucaeira em 97, posteriormente ela é contratada pela Funai por 12 mil dólares para fazer parte do grupo de trabalho, não só fazer parte do grupo de trabalho como para coordenar. É ela que na página 30 do seu livro diz que os índios de Olivença, quer sejam eles Camacã, Botocudos ou outros – está ali no trecho em amarelo se alguém puder ler –, abandonaram Olivença no início do século 20. Ela está se referindo àquela mudança para Caramuru, Paraguaçu, e que esses a abandonaram no início do século XX, não sendo, portanto, - está ali, são palavras da coordenadora; secretário, isso é muito grave, - os antepassados dos Tupinambás de Olivença que ali vivem hoje.

Essa é a senhora que fez o trabalho para a Funai como coordenadora do grupo de trabalho, foi ela quem visitou a região de Sapucaeira junto com o funcionário do SNI, foi ela quem escreveu esse livro. Se não são descendentes dos índios que ali viviam, que relação eles têm com a Batalha dos Nadadores, que relação têm com a Igreja Nossa Senhora da Escada de 1680, se os índios que viviam em Olivença a abandonaram no início do século XX ano 30. Se não descendem, esses tupinambás que ali vivem hoje, daqueles que ali viviam, como podem ter relação e se alegar no relatório o tempo todo a igreja construída por nossos antepassados com óleo de baleia? O Largo do Aldeamento, hoje Praça Cláudio Magalhães, fundamental para a prática dos nossos rituais, das nossas tradições, o cemitério dos nossos antepassados. Se não descendem dos índios que ali viviam e que a abandonaram no início do século XX, como é que eles podem ter essa relação emotiva, secular, com a puxada do mastro de Olivença, a puxada do mastro de São Sebastião, de mais de 200 anos?

Ela tenta forçar, ela tenta dar um sentido à presença de Tupinambás na região, por quê? Porque o aldeamento extinto, súmula 650 do Supremo Tribunal Federal, não é atingido em demarcação de terras indígenas. E o aldeamento extinto era Tupiniquim, e os Tupiniquins dados como extintos.

Ora, vamos driblar essa súmula, vamos criar condições para uma nova tese. E aí vem a inusitada tese Tupinambá que muitas vezes as pessoas não compreendem o porquê, e aqui vou dizer, é um drible. É um drible na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que diz que as terras de aldeamentos extintos não podem ser atingidas pelo que determina o art. 231 da Constituição. Essas áreas não são atingidas pela legislação que trata de delimitação de terras indígenas do País. Aí é que a gente entende, aí é que há realmente um sentido para se forjar uma etnia que nunca viveu naquela região.

Nada disso somos nós que estamos dizendo. São eles próprios tropeçando nas próprias pernas. Armaram uma cilada história e estão embaraçados. Encontram-se num beco sem saída. E se encontrando num beco sem saída, só há uma alternativa: prosseguir com o erro grosseiro mesmo que nesse erro grosseiro tenham que ser envolvidos homens com a trajetória do ministro Tarso Genro e do presidente Lula, que vão ter que assinar o decreto da delimitação de terra indígena Tupinambá de Olivença. E a história vai olhar o tempo todo! Tupinambá, presidente! Deixaram que acontecesse

isso com a sua história! É esse relatório que um leigo como eu – não sou antropólogo, não sou historiador – contesta com a maior facilidade! É uma coisa fraca dessa que vão botar para o presidente da República, com renome internacional, com reconhecimento internacional, assinar? A luta pela minoria? E a minoria dessas famílias desfavorecidas, a luta de toda uma vida, muito mais do que isso, para ter uma burara? Investimentos do governo federal são ambos.

Aí é o reconhecimento de que a terra é produtiva (O orador aponta para o slide). Eu tenho dito o seguinte: trata-se de uma luta por terra e teto que está usando a causa legítima do índio do Brasil como pano de fundo. E não há como afirmarmos outra coisa, porque se não são Tupinambás, se envolvem dezenas e dezenas de casas dentro da área demarcada, pousadas e hotéis, igrejas de diversos credos, e se sabemos que compõem esse movimento índios de todas as cores, de olhos azuis, brancos, negros, como é que vamos afirmar que isso é um movimento indígena puro, legítimo? Não é. Agora, olhem o conflito das políticas sociais do governo: a construção de casas de farinha na região de Maruim, o beneficiamento, 466 famílias beneficiadas! Só estamos querendo mostrar que não tem pouco produtor ali, não. Tem é muita gente, esse pessoal não está ali de graça, não.

Ali em baixo (O orador aponta para o slide) está a placa de Luz para Todos. São dezenas espalhadas naquela região, o investimento está sendo altíssimo. E a construção daquela subestação da Coelba – olha aí aquela subestação – só a subestação, no valor de R\$ 733 mil para fortalecer a capacidade de energia nessa região que está sendo beneficiada e que é, em si, a região onde pretendem fazer a delimitação. Então, há incoerência. E eu não acredito que o governo vá bater cabeça. Trata-se de uma ação de um órgão federal facilmente contestável e estamos apelando para ser ouvidos para que essa remediação não venha só através do Supremo, quando vários prejuízos serão irreparáveis, não terão como ser compensados.

As consequências da demarcação: o êxodo rural e o aumento dos bolsões de pobreza. Não vão acontecer, não? Como não vão acontecer? Essas pessoas vão trabalhar em quê? Vão morar onde? Não têm nem propriedade na zona urbana, vivem na zona rural com suas famílias. Vão viver de quê? Vão ser desapossados repentinamente, porque o prazo vai ser inferior a 30 dias, ou no máximo a 30 dias, porque não pode permanecer em terra indígena o não-índio. Isso é a legislação que não permite. Então, se isso acontecer, vai atingir diretamente cada família presente, e aqueles que estão aqui acompanham de longe a nossa luta, as notícias que viemos trazer para a nossa capital.

O próximo quadro: *A Tarde*, jornal de maior circulação no Estado da Bahia. Se hoje tem outras conclusões a respeito do assunto, quem publicou essa reportagem “*Demarcação traumática*” foi o jornal *A Tarde*, que está se referindo aí ao exemplo de Banzaê, em Ribeira do Pombal e as consequências acontecidas, concretizadas em Banzaê, todas as que estamos alertando o tempo todo: queda da atividade econômica, êxodo rural, redução da população da cidade, queda abrupta da produção, uma série de demandas sociais mal resolvidas e indenizações irrisórias, porque a política é de indenização dos bens resultantes de boa-fé, não é política de desapropriação. E, se fosse, já disse aqui que distensionaria se cada um recebesse o que é justo. E, depois, como está o caso brilhante relatado nessa reportagem do jornal *A Tarde*, em que pessoas

foram indenizadas 19 anos depois e ainda tem pendência?! Tem comerciante que foi indenizado e veio a receber no ano passado a indenização por que vem lutando há 19 anos!

Vocês estão vendo qual é a realidade que está aguardando cada um de vocês! Por isso, não estamos trazendo esse problema aqui à toa!

(Continua a apresentação do vídeo.)

**O Sr. ALCIDES KRUSCHEWSKY:-** As “*Repercussões na Região*”. Fechamos a BR-101 com 4 mil pessoas numa quinta-feira! Ninguém fique pensando que esse movimento se resume às pessoas que estão aqui presentes, não! Vamos contaminar aquela região, estamos irradiando para toda ela o nosso problema, as nossas angústias, o nosso sofrimento e, sobretudo, a quem estamos recorrendo ou procurando ajuda, parceria, oitiva.

(Continua a apresentação do vídeo.)

**O Sr. ALCIDES KRUSCHEWSKY:-** O movimento que fizemos em Ilhéus, aproximadamente cinco mil pessoas, também numa quinta-feira, foi notícia nos jornais!

Queria para finalizar me referir a esta questão, vou tratar aqui do Mércio Gomes. Vou falar um pouquinho para vocês quem é o Mércio Pereira Gomes e a opinião dele a respeito do assunto. (lê): O Mestre Pereira Gomes é antropólogo, fez doutorado nos Estados Unidos, foi presidente da Funai até 2007. Quem esteve à frente do órgão por mais tempo durante o governo de Lula foi esse presidente da FUNAI, o Dr. Mércio Pereira Gomes, que constituiu o grupo de trabalho que realizou esse estudo publicado pela Funai.

(Continua a apresentação do vídeo.)

**O Sr. ALCIDES KRUSCHEWSKY:-** Esse aí é o ato de constituição do Grupo de Trabalho. O ex-presidente da Funai saiu em 2007. Quando ele saiu, já tinha recebido esse estudo. Então, começa a receber pressões. Temos ali uma carta dirigida à Funai por lideranças indígenas já dizendo: “ Se o senhor não aprovar logo esse estudo, nós vamos invadir. Está ali no texto. Nós vamos invadir, se o senhor não assinar logo o estudo, vamos defender a nossa terra até com a nossa própria vida.

(Continua a apresentação do vídeo.)

**O Sr. ALCIDES KRUSCHEWSKY:-** Ali já é uma notícia que dá conta do pedido da cabeça de Mércio Gomes. E mais uma carta de outras lideranças, também dirigida à Funai, dizendo a mesma coisa: ou aprova o estudo ou vamos invadir, vamos pedir a sua cabeça. Agora, feito de uma forma tão apressada que esqueceram de pedir às lideranças dos índios que assinassem a carta. Está ali. Só está o nome do signatário, sem assinatura. Isso compõe o relatório da Funai.

Temos ali o parecer Mércio Pereira Gomes. Vamos ver o que diz o Mércio Gomes a respeito do imbróglio tupinambá de Olivença. Quero dizer que estamos tão angustiados que não tratamos de outro assunto, a não ser dessa questão, nossos amigos sabem disso. E aí futucando na Internet descobri o *blog* do Mércio. Ele, depois de sair da Funai, andou escrevendo e comentando. Apagou logo, mas não a tempo de impedir de salvar nos meus arquivos as suas matérias.

(Lê) “*Quinta-feira, 25 de junho de 2009. Além da tensão conflitual, disputas jurídicas estão a desenrolar em torno do reconhecimento de uma terra indígena para*

*os tupinambá na região de Ilhéus, no sul da Bahia. O relatório incluiu áreas que, levando em conta as ressalvas restritivas do Supremo Tribunal Federal, dificilmente poderiam ter sido consideradas como de ocupação tradicional e permanente ao tempo da promulgação da Constituição de 1988, e com isso prejudicou a legitimidade para as áreas sobre as quais se poderia provar ocupação permanente e tradicionalmente com mais facilidade. Eis no que dá a precipitação e o afobamento no reconhecimento de terras indígenas.*

*As recentes ressalvas exaradas pelos STF a respeito de demarcação de terras indígenas são um grave impedimento para o reconhecimento dessas terras. A principal ressalva que os advogados dos interessados estão usando, ao que consta, são a que requer a presença das entidades federativas nos próprios grupos de trabalho que definem os limites de uma terra indígena, e a data da promulgação da Constituição de 1988, como marcadora da ocupação indígena permanente. Em ambos os casos, o relatório de identificação está omissa.”*

Esse é o homem que acompanhou a maior parte do tempo o estudo feito por determinação dele próprio. Em ambos os casos o relatório está omissa. De fato, não participou nenhum ente. Participaram os antropólogos da Funai e os indígenas. Foram eles que estudaram a delimitação dessas terras, mais ninguém.

Por isso, secretário, acontecem absurdos como aquele. De um lado da praça, entra na demarcação; do outro, não entra. Por quê? Eu não posso afirmar. Mas do outro lado da praça tem os bens da família de uma das lideranças indígenas. Aquela que acompanhou, segundo as atas contidas no estudo da Funai, que acompanha o antropólogo na andada dentro de Olivença, da zona urbana de Olivença, dizendo “essa rua entra, essa rua sai.”

Como é que a gente vai fazer para atravessar uma rua em Olivença? Como a gente vai fazer para ir às igrejas que estão do lado da área demarcada? Como é que eles vão explorar o balneário Tororomba?

Agora, prestem atenção, a 13ª condicionante do Supremo Tribunal Federal diz o seguinte: os equipamentos públicos existentes em área indígena, os equipamentos públicos, o acesso de não-índios não pode ser objeto de cobrança de tarifas e de ingressos. Qual então o objetivo de colocar em área demarcada o balneário Tororomba, antes conhecido como “Buraco do Padre”? Provavelmente de um padre europeu. Eu desconheço naquela região um padre indígena.

Colocam esse equipamento como uma das maiores atrações de Ilhéus, dentro da área demarcada, e não vão poder fazer exploração, porque o Supremo Tribunal não permite, já está exarado como condicionante. Como não permite mais a ampliação, como exige a participação dos entes federativos, e nenhum de nós participou. Esse estudo precisa ser arquivado, precisa ser determinado um novo estudo, uma outra política. Querem compensar os descendentes de indígenas? Querem fazer reparações? É possível. Quanto proprietários ali querem se desfazer das terras. Agora, fazer isso sem gastar!

O ônus caindo sobre os ombros daqueles que acreditaram no Estado que titulou as terras! O ônus está recaindo sobre os ombros deles. A responsabilidade da privatização das terras foi do governo do Estado. Foi o governo do Estado que privatizou essas terras. Arca a população da região com o ônus? Arca o Estado com o

ônus de ter privatizado as terras, de ter dado títulos de propriedade dessas terras. Quem não pode pagar é o incauto, sobretudo o pequeno, sobretudo numa área que eles estão acreditando que é para se desenvolver em prol da agricultura, por causa dos investimentos do governo federal. É casa de farinha, é luz no campo, são estradas, é subestação da Coelba, é tanta coisa!

É como se dissessem assim: fiquem, produzam, trabalhem que nós estamos garantindo a chegada do desenvolvimento, o apoio que vocês precisam nós estamos garantindo. E de fato está garantindo! De fato, a política do governo está garantindo. Luz para Todos é uma realidade naquela região. Outros investimentos são uma realidade. O bolsão Maruim é uma realidade, são 36 associações confederadas, cada uma com 45 a 50 associados. Só aí quantas família tem? E são pequenos.

Então, encerrei a minha exposição e deixo aqui um apelo à sensibilidade política que só pessoas com trajetórias como a sua, secretário, eu o conheço, V.Ex<sup>a</sup> está tendo o primeiro contato comigo hoje mas conheço a sua trajetória, sei que ela começa justamente ao lado dessas minorias, começa alinhada a essas pessoas.

Por isso o conflito, neste momento, não o conflito lá das terras, o conflito em saber qual é a política adequada e qual o posicionamento que vamos ter enquanto o poder quer adotar. É conflitante, porque depois vem o Cimi, criado pelo mesmo lado, vem as ONGs internacionais, todo mundo rotulando as pessoas que questionarem como eu a legitimidade desse movimento que usa a causa indígena como pano de fundo, mas que vai, na verdade, prejudicar a legítima causa do índio do Brasil, porque cada vez mais vão surgir nomes e grupos e partidos que vão trabalhar para alterar a Portaria nº 1.775/96, porque é ela quem cerceia o direito de defesa do cidadão; é essa Portaria que tem que ser modificada; é essa Portaria que deveria exigir a presença dos entes federativos no acompanhamento do processo de demarcação.

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Ângela Sousa):- Sr. Vereador, para concluir.

**O Sr. ALCIDES KRUSCHEWSKY:-** Então, isso vai fortalecer a causa daqueles que são contra a causa indígena e eu não sou contra a causa indígena. Mudei-me para Olivença, porque minha avó dizia sempre, toda orgulhosa: “sou cabocla de Olivença”. Minha mãe é de Olivença, como sou do Amaral, parente daqueles que hoje querem tomar as terras de vocês e que hoje são caciques, mas, na verdade, são netos e bisnetos do coronel Nonato do Amaral. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

**O Sr. PRESIDENTE (Ângela Sousa):-** Quero dizer que foi muito bem explanada a fala do nosso vereador Alcides e por motivo, também, da posse, hoje, gostaríamos de registrar que todos os deputados tanto os estaduais quanto a bancada federal foi convidada. Gostaria, também, de registrar a presença do Sr. Flamarion Matos, agricultor e assessor do deputado federal Fábio Souto. Toda a bancada estadual e federal foi convidada.

Gostaria de dizer que o nosso Exm<sup>o</sup> Sr. Secretário da Justiça se pronunciaria no final, mas por motivo da posse, ele está precisando se fazer presente lá, vamos lhe conceder a palavra, ele que está representando o governador Jaques Wagner. (Palmas)

**O Sr. NELSON PELEGRINO:-** Boa-tarde a todos e a todas, vou ser, inclusive, breve nos cumprimentos, queria cumprimentar a presidente desta sessão, a deputada

Ângela Sousa, parabenizá-la pela iniciativa e ser testemunha de que desde o primeiro momento a deputada tem procurado o governador Jaques Wagner, já esteve comigo na secretaria com representação tanto dos pequenos produtores como dos produtores, Luís esteve lá, também, deste o primeiro momento e ela tem procurado ser porta-voz nesta Casa junto ao governo das justas reivindicações dos que ela representa.

Cumprimentar o deputado Heraldo Rocha, ex-secretário da justiça, também, Os prefeitos aqui presentes na figura do prefeito de Ilhéus, Nilton, o vereador Alcides, cumprimento todos, a nossa antropóloga, dizer que essa questão de fato como aqui fez uma longa exposição, o vereador Alcides, é uma questão muito complexa e problemática.

Eu, quando presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa acompanhei em detalhes o processo de demarcação das terras dos Quiriris, de Banzaê, naquela região de Ribeira do Pombal. Estive presente mesmo na área por duas vezes, inclusive para evitar conflito entre índios e posseiros e, portanto, sei o que é o processo de demarcação, conheço o que significa e as consequências do processo de demarcação.

Lembro-me muito bem de que tinha acabado de assumir a Secretaria da Justiça quando recebi um telefonema da Governadoria, o governador Jaques Wagner preocupado porque ia se dirigir à região de Ilhéus, tinha atividades lá, como governador, e tinha acabado de tomar conhecimento desse laudo que fazia o estudo do que se chama a área dos tupinambás na região de Ilhéus, Una e Buerarema.

O governador estava preocupado porque, segundo me relatava, dias antes ele tinha mantido contato com a Funai e tinha manifestado a preocupação dele, justamente, com esse relatório, e teve sinalizações por parte da Funai de que haveria, digamos assim, parcimônia e toda preocupação na feitura desse relatório, e que as notícias que ele tinha, que vinham da região, eram notícias de que o relatório tinha elementos que não estavam, digamos assim, sinalizados na sua feitura.

Ele me pediu que obtivesse informações, mesmo que de forma preliminar, para subsidiar não só o seu pronunciamento, mas também ele sabia que seria questionado sobre essa questão ao chegar a Ilhéus.

Liguei para o Ministério da Justiça, falei com a antropóloga, ela me deu algumas informações em relação ao relatório, a extensão dele, os estudos realizados. A informação que ela me deu, por telefone, depois não correspondeu em relação à área em si, o tamanho da área, talvez ela tenha se equivocado, e disse ela que esse era um estudo da Funai, mas que eu deveria examinar o decreto federal que estabelece esse processo. E eu, prontamente, depois que terminei de falar com ela, debrucei-me sobre o decreto, analisei, e fiz uma nota técnica ao governador Jaques Wagner, que acabou, de certa forma, subsidiando, inclusive, o primeiro contato que ele teve na região, quando coloquei que esse era um relatório, digamos assim, preliminar, que haveria uma fase de contestação, que poderia ser feita não só pelos residentes da área, como também pelo governo do Estado e pelas prefeituras envolvidas no processo, e que após esse período de contestação haveria uma manifestação de uma comissão formada por antropólogos, juristas e outras personalidades do Ministério da Justiça, e essa comissão teria o poder ou de confirmar o conteúdo do relatório, e se assim o fizesse se iniciaria, ato seguinte, o decreto demarcatório e depois todo o processo de exclusão da área, com

as indenizações das benfeitorias e todo o processo que se segue a isso, ou esta comissão teria o poder de recusar o relatório.

Na verdade, essa comissão não pode, digamos assim, dizer: “Olhe, tem excesso aqui, não tem aqui, diminua aqui”. Não é este o poder que essa comissão tem. Ou ela aceita integralmente o estudo que está colocado no relatório ou aponta erros na elaboração do relatório e devolve para a Funai para fazer um novo relatório. Esse é o procedimento que se segue.

E eu, inclusive, manifestei ao governador, no meu ponto de vista, algumas preocupações. A minha secretaria tem, entre as coordenações, a dos indígenas. As políticas para a população indígena, de certa forma, são produzidas na minha secretaria e, portanto, eu estava, digamos assim, dos dois lados do conflito. Procurei, inclusive, o coordenador, pedi-lhe também uma nota técnica que pudesse subsidiar. Mas, de fato, desde o primeiro momento, a partir da experiência dos kiriris de Banzaê, que eu acompanhei também, longamente, a experiência dos pataxós, lá em Pau Brasil, eu manifestei ao governador não só que haveria esse rito, portanto, que ele poderia alertar aos posseiros e proprietários de que haveria esse momento para essa contestação e para discussão do conteúdo do relatório, como também poderia haver um segundo momento, caso essa comissão recusasse o relatório, para haver um novo processo. Mas eu adiantei, inclusive, no meu relatório, na minha nota técnica ao governador que previa conflito, e não só previa conflito, mas previa que esse conflito, provavelmente, iria parar na Justiça e poderia demorar muitos e muitos anos, como demora, inclusive, a situação dos pataxós lá na região de Pau Brasil.

Evidentemente que nós não queremos conflito, o governador não quer conflito. Eu quero até dar um testemunho pessoal em relação à impressão com que o governador Jaques Wagner voltou, inclusive, quando esteve com a representação de vocês, quando esteve pela primeira vez na região, oportunidade em que, teve contato com essa situação. Viajei com o governador algumas vezes, conversamos sobre a questão e o governador voltou profundamente sensibilizado, tocado com a situação de pequenos posseiros, de pequenos proprietários que habitam na região. Preocupados na busca de uma solução que, evidentemente, preservasse, como disse aqui o vereador Alcides, o que é que é dos índios, realmente, mas que se desse a exata dimensão dessa situação, inclusive do ponto de vista territorial, e que, evidentemente, algum problema residual que pudesse também ser resolvido da forma social.

No caso, por exemplo, dos Quiriris de Banzaê, houve a *desintrusão* com a indenização das benfeitorias e ato contínuo nós passamos a defender, inclusive em paralelo, que aqueles que realmente estivessem dentro da área indígena, área objeto da *desintrusão*, fossem objeto de beneficiamento de projeto da reforma agrária; e em alguns casos aconteceu, algumas áreas foram desapropriadas em municípios próximos a Banzaê, para assentamento inclusive de pequenos posseiros que estavam dentro, realmente, da área indígena.

Nesse sentido, nós estamos acompanhando, já fizemos contatos a posteriori, depois disso a deputada Ângela esteve na nossa Secretaria, juntamente com Luiz e outras Lideranças, mais uma vez foi feita uma longa exposição sobre essa questão, o relatório que me foi apresentado, eu o estudei longamente, sei que há contestação; no segundo momento, eu orientei, mais uma vez, sobre todos os ritos que se seguiriam à

feitura desse relatório, inclusive com a possibilidade da contestação de uma contraprova, contestação em relação a esse relatório, e nós estamos, de uma certa forma, acompanhando esse processo lá no Ministério da Justiça.

Esta semana recebi uma nova comunicação da governadoria me informando do desejo dos senhores e das senhoras de estarem com o governador Jaques Wagner. O governador Jaques Wagner não se recusa a receber qualquer tipo de comissão, está profundamente sensibilizado com esse assunto, profundamente tocado e preocupado com a construção de uma solução.

Acompanhei pela Imprensa a audiência pública que foi realizada na Comissão de Agricultura da Câmara Federal, que debateu também esse assunto; acompanhei, inclusive, com atenção as manifestações que foram ali exaradas, inclusive do presidente da Comissão de Agricultura, que eu li na Imprensa, manifestando o seu desejo de que houvesse uma solução negociada para o problema – e eu penso que essa é a questão fundamental, uma solução que, de fato, a gente possa dar aos índios o que é dos índios e também saber qual a dimensão exata do que é deles – e, evidentemente, responder às questões dos que moram lá na terra, seja mantendo os que podem ser mantidos, seja indenizando as benfeitorias e, eventualmente, inclusive, defendendo a mesma solução como aconteceu lá em Banzaê, porque aqueles que perderam suas terras não só tenham direito às suas indenizações, mas, também, tenham direito a novos assentamentos, e o governo tem a obrigação de desapropriar a área e assentar os que estão lá, porque esse é um problema que tem que ser, efetivamente, solucionado.

Agora, tem uma questão que para mim é essencial. Ontem, inclusive, mantive contato com o Ministério da Justiça, - porque o governador me pediu que o representasse nessa audiência, e o governador, quando essa questão estiver num momento em que possamos ter uma definição mais completa, o governador deverá receber a representação dos posseiros e proprietários; mas ontem, como disse, - eu conversava com o pessoal do Ministério da Justiça, com o Dr. Luiz Paulo, que é o secretário Executivo do Ministério, e manifestei a minha posição pessoal. Não é a posição do governador - o governador está analisando, ele como governador da Bahia e eu, até como secretário - e manifestei a minha posição pessoal, o que eu achava. Evidentemente eu não tenho nenhum tipo de influência na comissão que está analisando esse processo, mas talvez fosse mais prudente nesse momento que a comissão devolvesse à Funai esse laudo para ele ser refeito. Talvez fosse a melhor solução. (Palmas). Porque essa devolução implicaria num outro momento, um momento que pudéssemos, de fato, elaborar um processo mais amadurecido, a partir, inclusive, do contra-ponto. Porque, se assim acontecer, se de fato esta comissão chegar a devolver o processo para que o laudo seja refeito, é porque há um reconhecimento de que há problema na sua feitura e de que é preciso que haja, realmente, um estudo mais aprofundado, que todos os elementos sejam considerados, que todas as partes sejam ouvidas e nós busquemos uma solução negociada para a resolução do conflito.

E eu diria mais ainda, desde o primeiro momento, seja porque recebi telefonemas de deputados, como Geraldo, Ângela e outros, manifestando preocupação, seja porque o governador também, quando me consultou sobre essa matéria, eu inclusive opinei, e essa é a opinião do governador, também, que esse estudo, esse laudo não é definitivo do ponto de vista de dizer que não se constitui como laudo definitivo.

Portanto, não é um laudo autorizador de qualquer tipo de demarcação, porque, no primeiro momento, quando o laudo foi divulgado, gerou uma certa insegurança na área, inclusive, com a possibilidade até de ocupações para tornar prática o que estava dentro do laudo.

Então, a determinação do governador foi de que houvesse a segurança da manutenção da situação, do *status quo* que existe até o presente momento, até de fato uma solução definitiva, que viria com o decreto demarcatório e com o decreto demarcatório, todos os processos que se seguem a esse processo.

O laudo, eu disse inclusive a Luís, a Ângela, que esteve comigo, a Geraldo, que me ligou algumas vezes, o laudo não autoriza nenhum tipo de ação de ocupação ou nenhum tipo de ação no sentido de promover reintegrações do ponto de vista dos que não estão na área. Mas, de uma certa forma, o laudo, isso eu tenho consciência e tenho informações de que algumas decisões judiciais em relação à manutenção dos que estão na área, hoje, que também não é uma decisão no sentido definitivo, mas no sentido de garantir a posse até, de fato, a situação ficar, efetivamente, definida.

Concordo, acho que é um problema social muito grande, porque envolve pequenos posseiros, pequenos proprietários, proprietários de terra também, pessoas que estão lá na área e têm origem indígena, eu estava até olhando daqui para minha companheira Ângela e podemos dizer que ela tem traços indígenas. O próprio Hilton, também, tem traços indígenas. Há, hoje, um processo de aculturação, e eu vi isso também lá em Banzaê, era claro, relações, vi lá alguns que tinham feições claramente indígenas, hábitos claramente indígenas, mas havia alguns também que já estavam aculturados, integrados, já estavam, de certa forma, com um processo vivenciado, e é natural, mas não deixaram de ser índios também.

De fato, esse é um problema. Sei que é uma insegurança na vida de vocês, não gostaríamos que essa situação acontecesse, e cabe ao poder público adotar todas as medidas necessários para que esse conflito, porque é um conflito entre pequenos também, envolve pequenos produtores, envolve também índios que são pequenos produtores e estão na área também, há um conflito de pequenos e, quando há conflito de pequenos, temos que ter toda preocupação, temos que ter toda, digamos assim, cautela no sentido de procurar uma solução que possa atender aos anseios de todos, porque o direito de produzir, de viver de forma digna é um direito de todos, de índios e de não índios.

Ao Estado cabe, inclusive, também essa solução. Portanto, eu, como secretário da Justiça, nesse processo que vamos acompanhar, quero até assumir um compromisso com Ângela, com esta Casa, com os produtores, quero me deslocar pessoalmente à área, quero fazer uma visita à área, conhecer pessoalmente esse processo... (Palmas)

Conheço Olivença, já estive lá, tenho origem, sou advogado, como bem Alcides colocou, do Sindicato dos Trabalhadores Urbanos e Rurais, portanto, conheço a luta no campo, conheço o conflito, conheço aquela região de Una, já estive em alguns assentamentos na região, mas, de fato, gosto quando vamos à região, quando adentramos o problema, vamos nos reunir com os índios também, temos essa obrigação como Secretaria da Justiça e como coordenação da nossa secretaria, de fazer também a mediação desse conflito e buscar uma solução que seja a melhor possível.

Não sei se será a solução ideal, porque, infelizmente, não pensem que haverá

uma solução ideal para o problema, mas uma solução mais justa possível tem que ser buscada na mediação desse conflito. E defenderei, como defendi no processo dos quiriris lá em Banzaê, que eventualmente, se o processo ocorrer, e provavelmente ocorrerá, de desinclusão de área, eu não sei qual o tamanho dela, esse processo final vai determinar que aqueles que perderem as suas propriedades tenham uma compensação por parte do governo, com a desapropriação por parte do governo, com desapropriação de outras áreas para reassentamento também. Não só o pagamento das benfeitorias, digamos assim, está previsto na lei, como também o processo de justiça social e a justiça social tem que ocorrer com reforma agrária, porque essa também é uma medida de justiça social. O Estado não pode amparar só um lado, tem de amparar os dois lados. Ao mesmo tempo em que ele ampara os que são realmente índios, demarcando e entregando suas terras originárias, ele também tem que amparar os pequenos produtores, que também são brasileiros e também têm direito da mesma forma. Portanto, essa é uma das soluções que tem de ser advogada, de ser defendida, porque o Estado tem de fazer justiça social em todas as suas dimensões.

Desculpo-me, como já disse aqui à deputada Ângela, mas neste momento está havendo a posse de dois colegas. Não estive lá no início, já tive a informação de que já está no finalzinho. O próprio prefeito Moacir se deslocou para lá, mas estamos à disposição de vocês na nossa Secretaria. O governador me pediu que acompanhasse de perto todo esse processo. Estou lá à disposição para ser contatado. Moacir esteve comigo, me pediu uma audiência com o ministro da Justiça, a qual intermediamos. Quantas vezes for necessário, estaremos lá para atendê-los, para ouvi-los e para ajudá-los na resolução desse problema.

Estamos acompanhando esse processo no Ministério da Justiça, aguardando o desfecho. O governador Jaques Wagner está profundamente preocupado com essa situação. Pediu-me que acompanhasse esse processo e é parceiro de vocês na busca da solução mais justa possível.

Muito obrigado e um abraço a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Ângela Sousa):- Agradeço o pronunciamento do nosso secretário da Justiça, Nelson Pelegrino, representando o Sr. Governador Jaques Wagner. Esta é a realidade. Precisamos mesmo desse apoio, dessa força. Queremos justiça para os pequenos produtores. Não queremos que haja desigualdade, mas uma justiça que possa ser feita tanto em relação aos nossos pequenos produtores como também no que diz respeito às terras que pertencem aos indígenas, para que eles possam ficar nas suas localidades. Mas sem causar... Um erro não justifica outro. Queremos que isso seja bem assistido, bem visto.

Agradecemos ao secretário por estar aqui conosco. As portas estão abertas para que os pequenos produtores, nossos companheiros, possam estar juntos e sendo assistidos pelo governo do Estado, pelo presidente da República, enfim, por todos os responsáveis, e assim tenhamos uma resposta positiva. Este é o nosso pedido, secretário. Queremos que sejam assistidos dessa maneira. (Palmas)

A Sr<sup>a</sup> Valdira Mota dos Santos:- Mas a maioria tem escritura registrada! (Palmas)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Ângela Sousa):- Isso.

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Ângela Sousa):- Concedemos a palavra a Luiz Henrique Uaquim, presidente da Comissão dos Pequenos Produtores de Ilhéus.

**O Sr. LUIZ HENRIQUE UAQUIM:-** Boa-tarde a todos. Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Ângela, quero externar meus cumprimentos a todas as autoridades e a todos aqui presentes na pessoa da senhora. Diria, como sempre digo, que abaixo de Deus, a política. Se os políticos não estão aqui hoje, deputada, tenha certeza de que Deus está. (Palmas)

O Sr. Ney Oliveira Costa (agricultor):- Isso é uma vergonha! Uma falta de respeito com o nosso tempo!

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Ângela Sousa):- Meus queridos, gostaria de pedir a vocês um pouco de paciência, por favor. Vamos ouvir o palestrante, a pessoa que está na tribuna. Depois vocês vão ter oportunidade de falar. Por favor, gostaria de que mantivéssemos a ordem.

**O Sr. LUIZ HENRIQUE UAQUIM:-** Peço paciência e desculpas também, mas é legítima a colocação do nosso colega. Como se trata de uma audiência e audiência é o local onde se ouve, vem de áudio, temos que falar. E se soubéssemos falar, falaríamos tudo o que as pessoas gostam de ouvir.

O que o secretário falou, até me surpreendeu. Acredito que foi Deus, deputada, porque eu não esperava que o secretário fizesse esse pronunciamento aqui. Eu saio daqui hoje, a senhora tenha certeza de que está realizando uma grande audiência, dizendo-lhe que está fazendo o que muita gente não fez e com poucos deputados.

Vimos aqui com muito esforço, como disse o vereador Alcides, cumprir o nosso papel e estamos cumprindo sempre, estamos fazendo a nossa lição de casa. Contratamos historiadora, antropóloga, contratamos dois juristas caríssimos, estamos cumprindo a nossa obrigação. E por que o Estado não cumpre a obrigação dele? Eu vou ser sincero com a senhora, eu aprendi uma coisa: você nunca deve preparar um discurso porque discurso acontece na hora. Não vim para aqui preparado para falar o que estou falando, vim aqui preparado para fazer uma colocação, passar, talvez, não para 63, para 40, para 50 deputados o retrato da nossa região. Mas eu não vou contar essa história para quem vive, não que eu esteja desmerecendo os deputados que estão aqui presentes, acredito que o vereador Alcides já fez essa colocação e eu não serei repetitivo.

Então, quero aproveitar o meu tempo para dizer que lamento até a saída do secretário, eu iria agradecê-lo porque ele falou aqui tudo o que gostaríamos de ouvir. Se o governador mandou o secretário aqui ou pediu ao secretário que viesse para dizer que é contra, que está periciando, fiscalizando, ele foi sincero no pronunciamento dele. Então, o nosso esforço de sair de Ilhéus, às 4 horas da manhã, e vir à audiência na Assembleia Legislativa, podemos dizer que não perdemos tempo algum.

Não quero sair daqui com queixas porque os deputados não estão aqui, não somos nós que perdemos, são eles. Nós só temos a ganhar. Acredito que o secretário defendeu o Estado. Não compramos, deputado, propaganda enganosa, compramos títulos de propriedade do Estado. Os índios que têm a sua política, que correm atrás de demarcação, representados pelo órgão da Funai, não têm o direito de tomar terra do Estado e transformar em terra da União. Esse processo já passou. A primeira lei de terras do Brasil, a historiadora está aí para confirmar, e após a primeira Constituição federal de 1891, art. 64 - ela confirma isso: as terras devolutas, os aldeamentos distintos

passaram todos para o Estado. O Estado é legítimo possuidor e compramos do Estado. Não tem por que a Funai, de forma arbitrária, querer demarcar terra em áreas particulares.

O que existe, na verdade, eu aprendi com os juristas, é o seguinte: se existe conflito não pode haver homologação. Homologação só se dá quando está tudo resolvido. Então, nem o presidente da Funai nem o Ministro da Justiça e tão pouco o presidente da República podem homologar atos como esse. Se fosse consenso de todos, não teria conflito.

Então, o que nós observamos é o seguinte: existe uma carência muito grande pelos serviços do Estado como a carência de saúde, de educação, etc. E nós sabemos que os índios são também carentes desses serviços. Agora, existe uma confusão, prefeito, uma confusão muito grande em querer demarcar terras de particulares bem resolvidas. Isso é o que não pode acontecer. (Muitas palmas)

Nós estamos nesta luta há 130 dias de forma ininterrupta e de domingo a domingo. Então, este esforço – eu falo agora para todos vocês – não pode ser em vão. O nosso esforço tem de continuar, porque nós estamos trabalhando do lado da verdade. (Palmas) Vocês vieram aqui hoje e vão retornar. Mas saibam que hoje foi mais um passo de nossa caminhada. Hoje nós ouvimos o que nós gostaríamos de ouvir, ou seja, o Estado se pronunciando. O Estado tem a obrigação de defender a nossa propriedade.

Então, eu quero deixar aqui o meu repúdio ao comportamento do presidente da Funai na Comissão de Agricultura em Brasília. (Palmas) Eu o classifico como radical e intransigente. Ele não conhece o relatório, pois demonstrou isso e está registrado nas notas taquigráficas, repito, ele não conhece o relatório tampouco o art. 231 e seu parágrafo único da Constituição brasileira de 1988 assim como também ele desconhece o art. 1775/96.

O art. 213 da Constituição é muito claro e diz que terras tradicionalmente indígenas são aquelas ocupadas em caráter permanente, são aquelas imprescindíveis. Nada disso ocorre em nossa região. Eles nem ocuparam nem vivem da terra. Eles não precisam da terra para viver, pois são funcionários públicos, são funcionários do comércio, são aculturados e civilizados. Para que a terra para eles? Terra é para quem sabe plantar e colher como vocês (palmas), como nós.

O que está ocorrendo e é preciso dizer são interesses de organizações e órgãos internacionais alheios aos nossos interesses, ou melhor, aos interesses da Nação brasileira. Existe, na verdade, a intenção da Funai de demarcar a qualquer preço. Por isso, cometem-se essas injustiças. A Funai não discute política indígena depois que demarca. Tanto não discute política indígena que coloca o índio de qualquer jeito e depois os abandona. A prova está em Monte Pascoal com 8 mil hectares de terra no chão e não ficou uma árvore em pé. Há índios morrendo de malária. Cadê a política do governo? A política é uma só: demarcar a qualquer preço.

Então, meus amigos, saio daqui satisfeito. A senhora, deputada Ângela Sousa, tenha a certeza de que realizou, no momento oportuno, a melhor audiência que nós já fizemos. (Muitas palmas)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Ângela Sousa):- Agradeço ao nosso presidente Luiz, fico constrangida, na realidade, por essa situação, mas estamos aqui, onde temos também apartidário deputado Heraldo, que também está aqui nessa defesa. Acredito que depois outros virão estar conosco, apoiando e sustentando essa situação tão forte e tão difícil pela qual vocês estão passando, como pequeno produtores, como associações.

Vamos lutar, como já estamos lutando há bastante tempo, com prefeitos, vereadores, com aqueles que têm interesse de ver mudanças em nosso País, em nosso Estado, as quais respondam às necessidades do nosso povo.

Não tenham dúvida de que vocês têm a parlamentar, que defende com muita força a situação de vocês, porque, na realidade, é de fundamental importância que vocês permaneçam. Como disse a nossa companheira, vocês não são posseiros, vocês têm título da terra. Então é um direito de vocês.

Gostaria de conceder a palavra ao presidente da Comissão dos Pequenos Produtores de Porto Seguro, Itamaraju e Teixeira de Freitas, Sr. Antônio Lindomar.

**O Sr. ANTÔNIO LINDOMAR:-**Quero cumprimentar a deputada Ângela Sousa, na pessoa de quem cumprimento os deputados presentes, o prefeito Nilton Lima, na pessoa de quem cumprimento os demais prefeitos presentes; o vereador Alcides, na pessoa de quem cumprimento os demais vereadores presentes; a professora Angelina, a Luiz Henrique, as demais autoridades presentes, as senhoras e os senhores.

Infelizmente, não posso dizer que estou satisfeito neste momento que teria que expor a realidade da questão indígena Pataxó da região Extremo Sul da Bahia, no entorno da Parque Nacional do Monte Pascoal.

Fico feliz pelo fato de que o companheiro e amigo Luiz Henrique esteja há apenas 120, 130 dias à frente desse movimento, porque estamos desde o ano 2000. São nove anos de briga na justiça para evitar e amenizar os conflitos e evitar a usurpação dos nossos direitos, das nossas propriedades rurais.

Temo-nos empenhado, durante todo este tempo, com ajuda de poucos, porque a nossa capacidade de mobilização é ínfima. Felizmente, temos, ao nosso lado, algumas pessoas, a exemplo do Dr. Julimar Fernandes, da professora Angelina Garcez, de Marcos Saliba, Djalma Galão e dos demais companheiros aqui, como o presidente do Sindicato de Prado, que nos acompanham e auxiliam nessa luta, durante todo esse tempo.

Vereador Alcides, tudo o que você disse aqui é a xérox, sem tirar nem pôr, da questão do Monte Pascoal. Infelizmente, também tenho que dizer que muitas pessoas, mesmo dentro do governo, desconhecem a forma como a Funai e as organizações não governamentais operam e a pós demarcação com relação ao pagamento das indenizações.

Não fiquem os senhores iludidos de que vão receber alguma coisa justa pelas propriedades que, eventualmente, venham a perder e de que esse pagamento será em tempo hábil, porque, quando vierem a receber, muitos, infelizmente, não estarão aqui, talvez nem eu esteja! É essa a realidade dura e simples, deputado, tá? Vivemos uma experiência em outras áreas em que foram desapropriadas áreas para outras finalidades. Mesmo diante dos títulos de propriedades, existe uma capacidade de enrolar que é coisa fantástica.

O nosso caso, a nossa primeira ação foi dada entrada em 12/04/2000, a primeira

ação de reintegração de posse. E pasmem: a área está ocupada até hoje mesmo com liminar deferida e confirmada pelo TRF 1 de Brasília. A publicação do relatório do Extremo Sul da Bahia ocorreu no dia 28/02/2008.

Mobilizamos o sindicato de produtores rurais de Porto Seguro, Itamaraju, Prado e impetramos mandando de segurança. A partir daí conseguimos a suspensão temporária do prazo por contraditório. Esse mandado de segurança coletivo se encontra, hoje, na mesa da desembargadora Galote, no TRF 1 de Brasília, sendo analisado. Temos esperança, diante do conteúdo do trabalho antropológico que foi feito pela Funai, que o bom senso daquela desembargadora vai falar mais alto e teremos um resultado positivo para o nosso caso.

Como disse o nosso amigo Luís Henrique, infelizmente complemento o que você disse, o discurso que vem preparado não pode se encaixar se você não for o primeiro a discursar. Nessa altura, depois de todos falarem, a minha responsabilidade se tornou muito maior. Fiquei praticamente sem argumentos, porque só tenho de dizer uma coisa: repetir, vereador Alcides, as tuas palavras são exatamente aquilo que está acontecendo no Parque Nacional do Monte Pasqual. A professora Angelina tem conhecimento, e a equipe que veio comigo aqui tem conhecimento. Saímos de casa ontem às 20 horas, viajamos a noite toda de ônibus para estarmos aqui, agora. Felizmente, somos ouvidos e tivemos o apoio da ilustre deputada e a paciência dos demais deputados e autoridades aqui presentes, mas o nosso objetivo, infelizmente, foi frustrado. Nosso propósito era falar para a Assembleia Legislativa e para o governador do Estado da Bahia (Palmas).

A situação lá é extremamente crítica. Temos uma região de 52.750 hectares com relatório pronto, em via de ir ao Ministério da Justiça para ser assinado pelo ministro. E mais uma outra área que vai dobrar essa, porque estrategicamente eles dividiram uma área que seria de 150 ou 200 mil hectares; eles subdividiram essas áreas estrategicamente para poder fragmentar o grupo, e conseguiram. O nosso grupo foi dividido. Infelizmente, mobilizar produtor rural não é como mobilizar trabalhadores sem terra. Por quê? Os trabalhadores rurais sem terra recebem a cesta básica subsistência. E nós produtores rurais temos que trabalhar no dia a dia para pagar as nossas contas, para alimentar os nossos filhos. (Palmas).

O que estão fazendo conosco é uma das maiores injustiças que foram feitas neste País até hoje (Palmas). Infelizmente, eu tinha aqui fatos, mas vou poupar o tempo. Eu trouxe, deputado, um documento com um relato histórico completo que quero protocolizar neste momento junto à Presidência desta Casa para que fique registrado que nós estamos pedindo socorro. (Palmas!)

Eu gostaria de passar isso aqui às mãos da deputada, por favor, e que chegue ao conhecimento dos demais membros deste Legislativo e do governo do Estado da Bahia.

Não vou me alongar mais, até porque me desequilibrei um pouco, me emocionei um pouco, porque não consigo entender como não conseguem enxergar de onde vem a manobra. Gente, está claro!

São instituições não governamentais, são instituições dentro do próprio governo federal manipuladas por instituições não governamentais, manipuladas por uma ideologia que destoa do nosso sistema de governo, e não entendo por que não conseguem enxergar. (Palmas!)

Agradeço a boa vontade de me ouvirem e peço encarecidamente à deputada que

nos dê uma nova oportunidade. Muito obrigado. (Palmas!)  
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Ângela Sousa):- Pode ter certeza de que nós iremos fazer chegar às mãos do presidente da Casa e do governador. Aí teremos a condição de audiências também com ele para que possa, com a sensibilidade que tem, responder a vocês na luta tão importante dos pequenos produtores contra essa situação que aí está.

Não tenha dúvida de que o nosso esforço continuará sendo grande para podermos fazer com que vocês sejam ouvidos e atendidos, sendo resolvido não sei de que maneira, mas o mais rápido possível para tentarmos reverter essa situação.

Não é fácil, sabemos das lutas. Entendo a vossa aflição pelo que estão passando desde 2000. É essa a situação também dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, e não queremos que chegue a esse ponto. Por isso, fizemos esta sessão especial na vontade, no desejo de que todos possam estar aqui porque esta é a Casa do povo, onde podemos ouvir as necessidades e também lutar junto a vocês. Esse é o nosso dever.

Quero registrar a presença de Valdino Nascimento dos Santos, presidente da Fameceba.

Sr. Presidenta (Ângela Sousa):- Gostaria de conceder a palavra a Angelina Garcez, historiadora.

**A Sr<sup>a</sup> ANGELINA GARCEZ:-** Sr<sup>a</sup> Deputada Ângela Sousa, parabênize-a por esta iniciativa porque ela vai ao encontro de anseios muito fortes e muito populares.

Quero saudar os integrantes da Mesa e todos estes que estão aqui.

Estou olhando para estes rostos sofridos, muitos emocionados. Vi muitas lágrimas descendo por aí, e isso me dói o coração porque essas pessoas realmente estão aqui defendendo um direito basilar: o de defender o seu trabalho. Não é nem a sua terra, é a sua capacidade de trabalho.

Quero trazer apenas algumas achegas históricas para poder esclarecer um pouco mais essa situação. Não quero me envolver no conflito em si, quero trazer a história dessa questão para que se entenda o que está acontecendo.

Em Olivença, realmente, existiu a Aldeia de Nossa Senhora da Escada, criada por volta de 1680, 1700, mas ninguém sabe, nem pode afirmar quais eram os índios dessa aldeia. Só se pode dizer com absoluta certeza que não eram tupinambás. (Palmas) Isto porque a história nos mostra que não existiam tupinambás naquela região. Assim, pode ser um pouco tupiniquim, um pouco de camacã, um pouco de verê, enfim, podem ser de diversas etnias, mesmo porque os aldeamentos jesuíticos normalmente não concentravam uma só etnia, eles reuniam remanescentes de grupos dispersos para um aldeamento, uma catequese. Qual era o objetivo disso? O objetivo principal era impedir a hostilidade dos índios contra os colonizadores da região.

Existiu realmente uma aldeia em Olivença, cuja etnia não sabemos, ainda não encontramos um documento que confirme o número de pessoas aldeadas, e não sabemos qual a área destinada a esse assentamento. Acreditamos que tenha sido uma área pequena, porque existia um alvará real de 23 de dezembro de 1700 que mandava dar a cada aldeia uma légua em quadra, que representa aproximadamente 4.356 hectares. Esse é o tamanho máximo que a aldeia poderia ter, se ela tivesse mais de 100 casais, mas se tivesse menos de 100 casais deveria ser dado meia légua. Estou trazendo

isso como achegas histórias, ou seja, o que a história diz para entendermos melhor a questão.

A aldeia existiu e em 1755 foi extinta por uma lei do Marquês de Pombal, que era o ministro plenipotenciário do rei de Portugal, Dom José. No ato de extinção da aldeia, as terras eram revertidas para a Coroa de Portugal, ou seja, no momento em que se extinguia uma aldeia indígena aquela terra voltava a ser de Portugal – no sentido de que Portugal descobriu o Brasil, tomou posse e era dono de todas as terras. Assim, as terras estiveram ocupadas por algum tempo por aquela aldeia, e no momento em que a aldeia acaba as terras voltam para o domínio da Coroa de Portugal.

Em 1758 foi criada a vila de Nova Olivença, temos os documentos dessa criação, as instruções reais de como proceder para criar essa vila. Essa documentação nós já temos em mãos, e estamos trabalhando com isso. Nessa documentação, em primeiro lugar, eles dizem que inicialmente se respeitem aqueles índios que ainda estiverem ocupando terras ali interinamente – eles usam essa palavra – e que depois se providencie – temos esse documento, que está a disposição para quem quiser consultar – a doação real de terras nos moldes do alvará de 1700, quer dizer, no máximo uma légua de terras para gozo desse habitantes.

Olivença foi criada, e as terras que teriam sido da aldeia antiga reverteram para a coroa de Portugal.

Com a independência cessaram o efeito das leis portuguesas sobre a questão fundiária no Brasil. Durante um longo período, de 1822 a 1850, que os historiadores costumam chamar de Período de Desemprego Legal, quer dizer, não havia leis que determinassem essa questão da ocupação das terras.

No período que a história assinala, houve uma intensa ocupação primária das terras. O sujeito chegava por ali, tinha um pedaço de terra e ele ocupava, plantava, etc..

Com a primeira lei de terra no Brasil, a Lei 601 mandava respeitar essas posses mansas e pacíficas, e mandava regulamentar, reconhecer essas posses. Mandava que se fizesse um levantamento de todas as terras, que a partir daquele momento passava a ser do Império do Brasil, que eram chamados de Registros Eclesiásticos, e todas as pessoas que estivessem de posse de alguma terra, teriam que ir lá, para registrar.

Então, nós verificamos que todos esses registros foram feitos pela freguesias religiosas.

Verificamos que para Olivença havia uma quantidade enorme de terras já ocupadas, plantadas cultivadas, etc.. Temos 110 Registros Eclesiásticos de ocupação de terras por ali, terras já plantadas, enfim, já havia a presença. Em todos esses registros, em nenhum momento, quando se falava dos limites e das confrontações, apareceu referência às terras de índios, nada, em tempo nenhum. Todas as terras estavam lá. O sujeito possuía aquela terra, ela confrontava com terrenos nacionais, mas em nenhum momento houve uma referência às terras de índios naquela região.

Isso aí está dito, para termos uma ideia, de que não havia uma permanência desse grupo, que originalmente foi da aldeia de Olivença ocupando aquelas terras, podia ter remanescentes que tinham também suas pequenas posses de terra. Mas como terra indígena, reconhecida como terra indígena, não existia.

Com a primeira Constituição, a Proclamação da República, isso já foi dito aqui, as terras que eram do Império do Brasil, passaram a ser do domínio de cada estado, e

cada estado tinha que providenciar as suas leis próprias, para disciplinar a ocupação e a legitimação dessas terras.

Anotei aqui, achei que podia ler isso sobre a Lei 601, a primeira lei de terras do Brasil, lei do Império, não fala nada sobre a existência de terras indígenas, mas diz o seguinte, no art. 11º: “O governo reservará das terras devolutas...”, quer dizer, todas as terras que não estavam ocupadas eram devolutas.

(...) o que julgar necessário para a colonização de indígenas”, quer dizer: Se for necessário fazer uma colonização de indígenas que estejam sobrando por aqui, o governo é quem vai dar as terras para isso.

Então, não há reconhecimento nenhum nessa lei 601 de terras indígenas existentes. As terras eram todas terras devolutas do Estado. Aí, vem a lei 198, que é a primeira lei do Estado da Bahia e mostra quais são as terras consideradas devolutas. Ela diz assim: “São consideradas terras devolutas aquelas que não estiverem em uso de um serviço federal, municipal ou aquelas que não estiverem com legítima posse”, coisa desse tipo.

Mas no art. 1º ela diz: “São consideradas terras devolutas pertencentes ao Estado: 1º- Os terrenos das aldeias de índio extintas por abandono de seus habitantes ou por lei”. Então, todo terreno de índio que tivesse sido abandonado ou que a lei tivesse entendido, como é o caso então de Olivença, são terras devolutas do Estado.

O art. 61 acaba então com a brincadeira. Ele diz assim: “Ficam extintas as chamadas aldeias de índios existentes no Estado que ainda não tenham sido por leis anteriores”. Então, aqui é algo radical. Não existe mais aldeia de índios. Ficam extintas, não é?

E depois, o Parágrafo 1º diz: “Aos seus atuais ocupantes que o requererem e provarem descender de índio da respectiva aldeia, serão distribuídas gratuitamente, sem prejuízo de direitos de terceiro, por família ou indivíduo de maior idade, lotes nunca maiores que 100 hectares, se terra de lavoura e até 500 hectares, se de campo de criação.

Então, o que a lei diz é isso. Não tem outra coisa além disso. Isso não foi modificado. O que vem na Constituição é alguma coisa a ser considerada, mas essa lei continua em vigor.

Agora, eu queria chamar a atenção, porque meu propósito foi apenas trazer essas informações históricas para um entendimento melhor da situação, mas eu queria chamar a atenção que esses redatores antropológicos, eu, realmente, nos meus estudos, tenho acesso a todos eles, já trabalhei com Mirandela, com Massacará, eu já trabalhei com esse pessoal todo, o Monte Pascoal também e o Pau Brasil, então, os relatórios usam com uma frequência extraordinária a forma de denominar as pessoas que ocupam terras ali. São os latifundiários ou, no caso, os coronéis do cacau. Então, são esses os coronéis do cacau. São esses que estão aqui conosco, não existem outros. Os coronéis do cacau que estão lá em Olivença e avançaram sobre Olivença a partir de 1930, tem toda essa história no relatório, são esses os coronéis do cacau.

As propriedades deles, eu tive acesso a vários dos títulos, a menor tem 3 hectares e qualquer coisa e a maior de todas acho que tem 320 hectares. Sendo que, acima de 30 hectares, tem menos de 8% de todas as propriedades lá. Então, na verdade, são pequenos proprietários, são trabalhadores. Eu andei por lá e vi o que é isso.

Olhe, deputado Heraldo Rocha, o que disse aqui não é segredo para ninguém. Faço minhas as palavras do Dr. Lindomar quando disse que se admira de as pessoas não perceberem o que está ocorrendo. A *Veja* fez, há dois ou três anos, uma denúncia seriíssima sobre essa coisa de fabricar terra indígena, índio. Por trás disso, é o dinheiro que está entrando para esses programas de reconhecimento de etnia e de terra indígena.

Então é por aí que entra muito dinheiro, o qual ninguém sabe para onde vai. A única certeza que temos é de que não chega para vocês, como não chega também para os índios. Simplesmente, não podemos dizer, exatamente, onde esse dinheiro fica, mas está entrando muito dinheiro por trás de tudo isso, essa é que é a verdade! Isso não sou eu que estou dizendo, pois tenho o artigo da *Veja*, que faz essa denúncia muito séria, até mostrando situações similares, como foi dito lá na sessão, em Brasília. É uma cartilha: chega-se ali. cria-se uma etnia e, depois, uma terra indígena. Lamentavelmente, é isso que está ocorrendo. E os órgãos responsáveis por essa questão têm uma instancia plena para criar, aprovar e mandar fazer o relatório. Enfim, é tudo ali dentro mesmo, ou seja, ali se aprova e homologa!

Havia dito que sóalaria sobre as chegadas históricas, mas, na verdade, fui um pouco além. Mas isso também é parte de uma história que se está escrevendo da pior maneira possível. Logo, nós, que somos brasileiros, e, eu, que sou historiadora, não podemos aceitar que se escreva uma história do povo brasileiro dessa natureza.

Muito obrigada.

(Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Ângela Sousa):- Muito obrigada, Angelina, pela sua fala, trazendo-nos a história, bem como por todas as demais coisas.

Quero dizer a todos que estão aqui que tenho a certeza que estão registrados nos Anais desta Casa todos os pronunciamentos. Estaremos pedindo que sejam enviados também aos prefeitos de Ilhéus, Newton Lima, de uma, de Buerarema, de Uruçuca, como também às Câmaras de Vereadores desse municípios e a algumas associações. Logicamente, tudo isso será passado ao governador e aos secretários das pastas envolvidas com essa situação.

Estaremos agindo, com certeza, na defesa do nosso povo. Essa sessão especial foi feita com muito respeito a vocês a fim de podermos debater aqui. O meu papel, como parlamentar está sendo cumprido, pois estou aqui defendendo os interesses de vocês.

Temos ainda o deputado Heraldo Rocha, e o vereador Roque Borges, esse representando a Câmara de Buerarema, como últimos palestrantes.

Gostaria de pedir ao nosso querido vereador que entendesse, porque o tempo já está pouco. Além disso, vocês voltarão hoje mesmo para os seus municípios. Mas voltem com a certeza de que estaremos na luta em defesa dos seus direitos. (Palmas)

**O Sr. ROQUE BORGES:-** Sr<sup>a</sup> Presidente Ângela Sousa; Sr. Prefeito de Ilhéus, Newton; representantes dos municípios de Buerarema, Una e Ilhéus; Sr. Prefeito de Una, Dejair; colega vereador; historiadora; meu querido amigo e deputado Heraldo Rocha, vocês já sabem do meu discurso, da minha luta de cada dia.

Pensei que ao chegar aqui falaria para, no mínimo, 20 deputados, mas, infelizmente, dos 63 restam apenas dois... Gostaria de que não houvesse manifestações por causa do Regimento da Casa.

Quero fazer uma correção, já que não estou aqui como presidente da Câmara de Vereadores de Buerarema. Sou vereador daquela Casa e a represento.

Fico triste com as palavras do secretário da Justiça, que já se retirou, tendo em vista que ele disse que todas as ausências são atrevidas. Mas ele também disse que somos posseiros. Temos que corrigi-lo. Nenhum de nós é posseiro, porque este Estado, do qual ele é secretário, nos deu os títulos das propriedades que habitamos. (Palmas)

Segundo ele, o governador do Estado se sensibilizou com o nosso problema. Não acredito nessa sensibilidade. Se isso fosse verdade, ele não teria mandado, quando foi preso, na aldeia tupinambá da Serra do Padeiro, todo o maquinário de Buerarema, uma patrulha mecânica para fazer todas as estradas da aldeia, enquanto a dos pequenos produtores – nós, que produzimos para Buerarema – está lá até hoje sem fazer nada. (Palmas) Isso é estar sensibilizado? Até agora não entendi.

Outra questão é a defesa da minoria. Ora, nós também somos descendentes de quilombolas, de negros, inclusive eu – já que nesta Bahia 90% da população são constituídos de negros –, e também estamos sofrendo. E ninguém do governo do Estado tem olhado para a raça negra, que vive sofrendo, que trabalha e é a maioria. (Palmas)

A política do nosso Estado e do governo federal é chocante. A Funai tem um poder maior do que o presidente da República. Parece-me que quem manda no País é ela; parece-me que não existe uma hierarquia. (Palmas)

É triste e contraditório o que vimos aqui. Primeiro, o desrespeito dos deputados, que foram eleitos pelos nossos votos mas que não nos dão atenção. Não estão vivendo o nosso problema, por isso não nos dão a mínima. É um desrespeito. Não tivemos um mínimo de respeito. Com a exceção dos dois deputados que estão aqui presentes, os outros não nos deram a mínima atenção. Agem assim, repito, porque não vivem o nosso problema.

Quando acontecer o que está previsto – e esta Casa também está sendo avisada pela Câmara de Buerarema –, que é o rio de sangue que irá correr naquela região, e estamos já chamando a atenção, aí é que a Assembleia Legislativa irá acordar, talvez seja um pouco tarde, tarde demais. (Palmas).

É preciso refletir que governo nós temos, em que país vivemos e que democracia é esta. E você perde o direito à propriedade, com desrespeito à democracia, com desrespeito a quem trabalhou, a quem vem trabalhando, com desrespeito até à vida e à dignidade humana. E o secretário da Justiça, infelizmente, vem para aqui dizer que está sensível. Não está. O Estado não está nem aí. Como sugestão, quero pedir ao governo do Estado, já que ele está tão sensível com a nossa causa, que venha financiar a nossa luta, já que nenhum de nós tem dinheiro...

(Alguém se manifesta do plenário.)

**O Sr. ROQUE BORGES:-** (...) como foi feito em Mato Grosso. (Palmas)

Financiar o nosso movimento, e a Assembleia Legislativa pode estar, deputado Heraldo, deputada Ângela, colocando como crédito especial, não sei, buscando o financiamento da nossa região e da nossa luta, já que aí é sensibilidade, já que aí é tomar a nossa causa, porque de discurso já estamos cansados e de olhos bem

arregalados para todos. (Palmas)

Eu não sei se ele estivesse aqui se iria aguentar ouvir mais coisas. É difícil falar depois que todo mundo fala, depois de vários discursos técnicos que tivemos aqui, ou colocações técnicas, é difícil. Mas para nós, vocês que são sofrendores, vocês que vivem no bolsão Maruim, Clodoaldo que coordena o Crasba, com 36 associações, que para o governo do Estado e o governo federal vale mais do que 25 índios (Palmas) ou que se dizem índios, porque os índios que estão lá são pessoas que conviveram conosco, que são vizinhos e que hoje querem tomar todas as terras. Onde viviam antes? No mesmo lugar onde hoje podem viver. Pode o governo calar com tudo isso, quem quer ser índio vai viver onde vivia, e nós vivermos onde estávamos vivendo, já que os índios também são bancados pelo governo federal, pelo governo do Estado e pelas ONGs que já foram citadas aqui e que todos nós sabemos quem é que banca e como banca. Às vezes nos frustramos ou não queremos dizer a verdade, porque às vezes a verdade dói. E muitos são parentes nossos.

No nosso município ainda existe aquele que na mesma família parte é índio e parte não é índio; o mesmo pai com a mesma mãe fizeram cinco filhos índios e cinco filhos não-índios (Palmas). Temos aqui o exemplo do nosso amigo e coordenador do Crasba, toda família é de índio, menos ele; pai, mãe, irmão, todos são índios, menos ele. (Palmas) O Régis que está aqui, todos os outros irmãos são índios, menos ele. Então que país nós vivemos, em que democracia estamos, ou estamos vivendo num imenso circo, é onde estamos vivendo.

Infelizmente, eu precisava vir aqui para falar para todos os deputados, deputado Heraldo Rocha. Não era para sair da minha cidade para vir para cá ficar reclamando de uma coisa que pode ser visível, e é visível a todos, e que às vezes fecham os olhos e fingem que não estão enxergando e não veem. Mas para o ano vão aparecer todos lá para buscar os nossos votos, o nosso apoio, e precisamos estar de olhos muito abertos para essa turma.

Muito obrigado.

(Muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Ângela Sousa):- Quero, mais uma vez, dizer a todos vocês que esta Casa é do povo, é a voz do povo, e estamos aqui ouvindo reivindicações, e quero ressaltar que a deputada Ângela Sousa, o deputado Heraldo Rocha, nós estamos aqui cumprindo a nossa ação de parlamentar. A nossa prioridade foi ouvi-los, estar aqui com vocês deixando que vocês falassem. Os pronunciamentos estão registrados nos Anais desta Casa e serão enviados a todos os responsáveis, serão levados ao conhecimento do governador, ao conhecimento de toda a Casa. Quero dizer-lhes que esta sessão é de importância, sim, para vocês. Foi muito importante esta sessão. Não tenham dúvidas de que continuaremos na luta para responder as necessidades e os direitos de vocês.

O deputado Heraldo Rocha quer dar uma pequena palavra.

O Sr. Heraldo Rocha:- Queria, deputada Ângela, dizer-lhe que nos meus cinco mandatos nesta Casa – o de V.Ex<sup>a</sup> é o primeiro – este é um dos dias mais históricos e marcantes da minha vida pública por este momento que estamos vivendo aqui. Quero

parabenizá-la por esta audiência pública.

Em segundo lugar, gostaria de sugerir a V.Ex<sup>a</sup>, como conclusão desta nossa reunião, que solicitássemos ao governo do Estado uma contestação a respeito desse relatório da Funai. (Palmas, muitas palmas) Também quero dizer que a Bancada da Minoria vai requerer ao Ministério Público, estadual e federal, uma representação a respeito dessa grave problemática de Una, Buerarema e Ilhéus. Vai solicitar, como V.Ex<sup>a</sup> já falou, para que envie a todos os órgãos, ao presidente - V.Ex<sup>a</sup> vai solicitar o envio do material - a fita gravada com as palavras de todos nós, as notas taquigráficas, todos os discursos foram taquigrafados. Agradecemos à Taquigrafia.

Vou fazer uma sugestão a V.Ex<sup>a</sup>, como grande representante de Ilhéus, que podemos e devemos requerer, logo que sejam instaladas as Comissões de Agricultura e de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, na próxima semana, uma audiência pública com a presença da Funai (Palmas), porque ela não está aqui, ou em Salvador ou em Ilhéus, onde ficar mais fácil para os senhores e senhoras.

(O Plenário se manifesta gritando: “Ilhéus, Ilhéus”.)

Quero agradecer-lhes por estarem aqui e nesta oportunidade quero dizer-lhes que esta é uma Casa democrática. A deputada Ângela tem procurado desenvolver um trabalho – estou dizendo isso como opositor, e é muito fácil para mim fazer isso. A deputada Ângela, como representante da região – claro, não quero que os votos sejam todos para ela, é evidente (Risos), mas a deputada Ângela tem desenvolvido um belo trabalho na nossa Casa a respeito da região, e eu, mais uma vez, lhe parabenizo. (Palmas)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Ângela Sousa):- Deputado Heraldo, muito obrigada, Excelência, pelas suas palavras. V.Ex<sup>a</sup> é um grande deputado que aqui também tem lutado pelo povo da Bahia.

Gostaríamos de que os registros que estão nos Anais desta Casa também fossem enviados aos prefeitos de Prado, de Porto Seguro e de Itamaraju. Concernente ao pedido feito pelo nosso nobre deputado, nosso colega, já solicitamos a contestação desse relatório, inclusive estivemos com o secretário da Justiça e Direitos Humanos e fizemos este pedido para que pudesse haver isso. Como também é importante essa audiência pública. Já solicito aqui ao nosso prefeito de Ilhéus e aos prefeitos que estão aqui presentes, de fazermos, sim, convidando a Funai e todos os órgãos que estão incluídos e envolvidos nessa situação.

Queremos, realmente, uma resposta, e isso não pode perdurar por tanto tempo, a insegurança de cada um de vocês, de cada pequeno produtor, não pode perdurar, porque se tira o sono, tira a paz, e nós estamos aqui para exercer a paz. É para isso que existem os representantes, para falarem a voz de vocês e poderem exercer a paz que é tão fundamental em nossas vidas.

Então, estaremos atentos a isso, essa audiência pública é de fundamental importância e nós iremos requerer, sim, na Comissão de Agricultura, quando refizermos os trabalhos.

Quero, encerrando, agradecer em nome do Poder Legislativo da Bahia, a presença das autoridades civis, militares, eclesiásticas, os senhores as senhoras, o deputado Heraldo Rocha, a imprensa.

Como cristãos, antes de encerrarmos, vamos até atender a um pedido de alguém

que não se identificou, vamos ler dois versículos do Salmo 125.

Quero dizer a vocês que há um versículo na palavra de Deus que nos diz: “um ao outro ajudou, e a seu companheiro disse: esforça-te.” Então, é isso que estamos aqui fazendo, juntos nós somos mais do que vencedores, as lutas estão aí, mas se nós estivermos juntos vamos vencer e derrubar as muralhas.

Que Deus possa abençoar cada um de vocês, levando-os em paz, e deixo os dois versículos da palavra que são: “Os que semeiam com lágrimas, regozijo as aceitarão. Andando iam e choravam semeando suas sementes, mas vindo virão com regozijo trazendo os seus feitos.

Então, creiam que Deus está no controle de todas as coisas, mas que nós também temos que fazer a nossa parte, e juntos estamos aí para fazer a nossa parte.

Damos por encerrada esta sessão (Palmas, muitas palmas)

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*